

PEDRO IVO RIBEIRO DE ASSIS BASTOS

**AS CONCEPÇÕES DA HISTÓRIA NA ERA DAS
INCERTEZAS: paradigmas, formas e fontes.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
2001**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**AS CONCEPÇÕES DA HISTÓRIA NA ERA DAS
INCERTEZAS: paradigmas, formas e fontes.**

PEDRO IVO RIBEIRO DE ASSIS BASTOS

Orientador: Prof. Doutor César Aparecido Nunes.

**Dissertação apresentada como exigência parcial
para a obtenção do título de *Mestre em Educação*,
na área da Filosofia da Educação, à Comissão
Julgadora da Faculdade de Educação da
Universidade Estadual de Campinas, sob
orientação do Professor Doutor César Aparecido
Nunes.**

DATA: ____/____/____

Orientador: Prof. Dr. César Aparecido Nunes

Banca Examinadora:

2001

iii

RESUMO

Pretende uma reflexão da história enquanto ciência, procurando uma síntese das muitas concepções da história, enfocada em seus vários momentos, retomando desde a história crônica feita pelos pensadores Gregos, após a era mitológica, como Heródoto, até a nova história social, originária na Escola dos Annales, como crítica ao historicismo e alternativa ao marxismo. A monografia pretende enfocar de como a crise e as mudanças de paradigmas refletiram nas transformações metodológicas, na prática de sala de aula, tomando por referência principalmente as décadas de 1980 e 1990. O trabalho pretende enfocar os fundamentos teóricos e matizes contextuais para a compreensão do estatuto epistemológico da história, fazendo uma reflexão das várias matrizes da História do Brasil, desde a concepção tradicional até a historiografia pós-estruturalista e investigar como essas mudanças geradas pela crise paradigmática terminam por gerar um impasse metodológico na transmissão da história enquanto ciência. Discute as matrizes do pensamento histórico moderno, a saber, o Positivismo, a Fenomenologia e o Marxismo, identificando suas bases conceituais, métodos e formas institucionais. Analisa as diversas concepções e definições do que seja a Pós-Modernidade procurando, no campo da História, levantar e interpretar as diversas correntes e tendências das epistemologias pós-estruturalistas na área da ciência da História. Propõe uma abordagem pluralista da História, destacando as novas possibilidades de pesquisa da História e suas diretrizes, métodos, fontes historiográficas e determinantes políticos. Analisa a História e suas articulações com a Filosofia e a Educação propondo novas perspectivas para a formação do historiador e da renovação das licenciaturas em História, bem como nas formas de seu ensino.

ABSTRACT

History as a science is intended to reflection, searching for a syntese of many history conceptions, focusing in many moments, back to history from Greek, since mythology era, like Herodoto, until the new social history, from Annales, as a criticism to history and alternative to Marxism. This final report has focused in how the crisis and changes in paradigms cold reflect in methodological transformation, inside the classroom, haveng the 80's and 90's as a reference. The study fas focused on theoretical foundations and contextual matrixes to the understanding of the historical epiesthemological rules, through the reflection of many matrixes of Brazilian History, since the traditional conception up to the pos-structural history and to search for how these changes caused by the paradigmatic crises ended up in creating a methodological problem in history communicatin as a science. It discusses tre modern matrixes of historical thought as, the Positivism, the Phenomenology and the Marxism, by identifying treir conceptual bases, methods and institucional forms. It analyses the diversity of conceptions and definitions of the Pos-Modernity looking for, in History field, find and interpret the diversity of ways and tendencies of epistemology pos-structural in the field of History as a science. It uses a pluralistic focus of History, highlighting the new possibilities of History research and its directions, methods, historiographical sources and political determinants. It analyses History and its involvements with Philosophy and Education proposing new perspectives to undergraduate programs and the renew of History as a discipline.

*“Eu entendo que a única finalidade da ciência consiste em procurar aliviar a
miséria da existência humana.”*
BRECHT

Dedicatória

À memória de meu pai, o professor Uacury Bastos, e aos que lutaram para construir a história da liberdade em nosso país...

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é fruto das contradições e desafios da vida de um professor. Tem estas marcas e estes limites. Todavia, para que esta pesquisa pudesse acontecer algumas pessoas tiveram participação especial.

Aos meus, que estiveram sempre presentes como estímulo e motivação em todos os momentos de minha história.

À Faculdade de Educação da UNICAMP, notadamente ao Departamento de Filosofia e História da Educação, pela paciência para comigo e meus tempos truncados...

Ao amigo, professor e orientador, César Nunes, pela insistência, dedicação e determinação em fazer acontecer este trabalho...

A todos os meus mais sinceros agradecimentos...

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	<u>1</u>
 CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS TEÓRICOS E MATRIZES CONTEXTUAIS PARA A COMPREENSÃO DO ESTATUTO EPISTEMOLÓGICO DA HISTÓRIA E AS CONCEPÇÕES DOMINANTES NA TRADIÇÃO CURRICULAR BRASILEIRA NA ERA DAS INCERTEZAS (1980 – 1990).....	<u>17</u>
1.1. AS PRINCIPAIS CONCEPÇÕES DA HISTÓRIA	<u>17</u>
1.1.1 <i>As concepções de História: de Heródoto aos nossos dias.</i>	<u>17</u>
1.1.2 <i>As matrizes da produção da ciência da História no Brasil.</i>	<u>29</u>
1.1.3 <i>A concepção historicista: S. B. HOLANDA e Fernando AZEVEDO.</i>	<u>39</u>
1.1.4 <i>A concepção Marxista: Celso FURTADO, Florestan FERNANDES, Caio Prado e Nelson W. SODRÉ.</i>	<u>40</u>
 CAPÍTULO II – A HISTÓRIA E O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS 80: CONTRADIÇÕES, PERSPECTIVAS E PRODUÇÕES REAIS.....	<u>47</u>
2.1. O CONTEXTO DO BRASIL NOS ANOS 80	<u>47</u>
2.2. A HISTÓRIA EM UM PAÍS SEM MEMÓRIA: CULTURA DA DOMINAÇÃO.	<u>51</u>
2.3. HISTÓRIA, MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE.	<u>58</u>
 CAPÍTULO III - A CONCEPÇÃO DIALÉTICA DA HISTÓRIA: PARADIGMAS DA ARTICULAÇÃO DE UM MÉTODO DIALÉTICO NO ENSINO DE HISTÓRIA.....	<u>67</u>
3.1 HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA.	<u>72</u>
3.2 MARXISMO E HISTÓRIA.	<u>78</u>
3.3 O MARXISMO ANALÍTICO E A METODOLOGIA DIALÉTICA.	<u>91</u>
 CONCLUSÕES.....	<u>101</u>
 BIBLIOGRAFIA	<u>115</u>

INTRODUÇÃO

Definir a História como "ciência" é uma tarefa epistemológica, política e institucional extremamente desafiadora. Muitos estudiosos, intelectuais e pesquisadores, oriundos de diversas áreas do conhecimento, da Filosofia, da própria História e dos amplos campos de pesquisa da historiografia atual debruçam-se sobre a tarefa de definir o perfil do estatuto epistemológico da Ciência da História.

O presente trabalho busca investigar as bases epistemológicas da ciência da história, principalmente as mudanças e transformações ocorridas no século XX e as conseqüências e impactos, as motivações e processos que determinaram novos enfoques e nova compreensão do tempo, da ação do homem, da sociedade, da cultura e da política. A história, como a ciência que analisa a ação do homem no tempo, nasceu com a própria identidade e realidade do mundo ocidental, com a organização das sociedades e dos grupos comuns, em seus determinantes políticos e ideológicos. As formas de entender a História, com as matrizes que vem ocorrendo em diversas épocas, acabam alterando as concepções que o homem tem de sua ação, de seu trabalho e das formas de organizar a sua vida material, política e cultural.

Assim, não é diferente e nem controverso afirmar que o homem é um ser histórico por excelência, isto é, somente o homem produz história. A realidade da ação humana é a substância da própria história e, como tal, o homem produz a história nas condições materiais que determinam sua ação. Não se torna supérfluo lembrar que os homens fazem história não da maneira que querem, mas da forma objetiva, que determina ou condiciona seu agir e ser,

considerando também a própria ação do homem. O presente trabalho quer analisar as mudanças paradigmáticas da concepção de história derivadas das mudanças políticas do século XX. Esta intenção, na verdade, significa investigar o impacto da história nas grandes transformações epistemológicas contemporâneas.

Isto requer um retorno até o século XVIII, quando a História, a partir de BENEDETTO CROCE, toma o *status* de uma ciência investigativa, reflexiva e narrativa. É certo que BENEDETTO CROCE, considerado como filósofo fundante da concepção moderna da História, e os demais autores do século XVIII e XIX, mais produziram uma *filosofia da história* do que uma análise, no sentido moderno do termo. Todavia, esta articulação entre filosofia e história sempre marcou profundamente as reflexões dos trabalhos teóricos que buscaram entender tanto um quanto outro pólo desta articulação. Não podemos deixar de considerar que as grandes matrizes filosóficas modernas foram estruturalmente importantes para a definição, a compreensão, os condicionamentos e as implicações epistemológicas, no ensino e na interpretação da história.

SCHAFF ¹, em seu texto clássico “**História e Verdade**” (SCHAFF: 1994), discute a questão da História e de seu objeto; os processos sociais, econômicos e políticos que determinam a História, buscando identificar numa matriz epistemológica, inovadora, dialética e transformadora, a identidade própria da ciência histórica.

¹ Schaff, Adam, **História e Verdade**, Martins Fontes, 2^a Ed, 1994.

SCHAFF ² debruça-se sobre o significado e o alcance da ciência histórica. Este tema reaparece sempre como um problema desafiador, polêmico e carregado de potencialidades analíticas, interpretativas e críticas. Este é o campo de nossa pesquisa. O presente estudo busca estudar, investigar e sistematizar as matrizes sobre a polêmica teórica e as contradições epistemológicas da crise de paradigmas da concepção de História na pesquisa e produção científica das décadas de 80 e 90 no Brasil.

NADAI ³, em trabalho de pesquisa fundamental para quaisquer estudos posteriores e mesmo para a propositura inicial do tema estimula, em seus argumentos finais, à tarefa de identificar possíveis mudanças na interpretação da História e na perspectiva de sua análise e apropriação curricular, na tradição escolar brasileira.

O objetivo do presente estudo consiste em investigar o processo de mudança social e política decorrente das transformações econômicas e institucionais no Brasil, na década de 80, e sua repercussão na organização da pesquisa educacional, ocasionando diferentes apropriações, propostas e perspectivas para o ensino de História.

Entendemos que a década de 80 tornou-se, no dizer de SAVIANI⁴ (1995), a década da institucionalização democrático-liberal do país, em seu artigo “**Os Ganhos da Década Perdida**”, onde aponta, entre outros argumentos, que esta década trouxe, resultante de processos anteriormente vivenciados e

² Idem, pg 23.

³ Nadai, Elza. **História e Historiografia Brasileira**, FE-USP, São Paulo, 1987.

⁴ SAVIANI, Dermeval “**Os Ganhos da década perdida**”, Nova Escola, B Horizonte, 1995.

politicamente disputados, um novo estatuto jurídico, institucional, político e cultural para a realidade brasileira.

Assim, resultante desse processo social, a escola e educação brasileira passaram a ter novas e diferentes funções sociais, exatamente, proporcionadas pelas transformações estruturais da sociedade brasileira, na qual o ensino de História tornou-se um símbolo e uma identidade temática própria. Nossa interpretação da História reporta-se aos construtos metodológicos do materialismo dialético.

Para MARX⁵, a História é a grande ciência, a interpretação política dos processos econômicos e sociais, e a disputa entre as condições objetivas infra-estruturais e as representações simbólicas supra-estruturais. Em seu texto clássico, os famosos “**Manuscritos econômicos- filosóficos**”, MARX⁶ aponta ser a investigação da História, o princípio da consciência política no intelectual e a única perspectiva para a produção de um consenso revolucionário no seio do proletariado, capaz de dar-lhe uma *consciência para si*, voltada ao processo de transformação material da realidade e de organização institucional da sociedade na direção de suas finalidades e de interesses de classe.

Nessa direção, entendemos a História como um conjunto dos processos econômicos-sociais, culturais e políticos decorrentes de uma intervenção cronológica e política de uma classe social na direção da hegemonia na sociedade de classes.

⁵ MARX, Karl - **Manuscritos Econômico-Filosóficos**, Editora Fondo de Cultura, México, 1987.

⁶ MARX, Karl, *idem*, pg 53.

O presente trabalho configura uma investigação teórica e institucional, nascido do ensino de História na realidade brasileira de ensino médio, durante a década de 80, e suas perspectivas na década de 90, buscando identificar as matrizes epistemológicas em conflito neste período.

O primeiro capítulo buscará analisar os fundamentos teóricos, as matrizes epistemológicas para a compreensão da História como ciência e as principais concepções presentes na tradição cultural e curricular brasileira.

Neste capítulo, faremos um estudo bibliográfico das concepções dominantes da Antigüidade aos nossos dias. E, como aporte institucional preliminar, faremos uma retomada, um estudo investigativo, que resgate o *estado da arte*, das matrizes da História ou de seu ensino na realidade escolar educacional brasileira.

Pretendemos, neste capítulo, identificar as concepções dominantes em épocas históricas próprias, da História como ciência e de seu ensino na tradição cultural, escolar, educacional de nosso país.

No capítulo segundo, pretendemos investigar a História e o ensino dessa ciência formal e institucional na tradição escolar brasileira nos anos 80. Apresentaremos neste capítulo, um contexto político-econômico e as mudanças jurídico-institucionais burocráticas e legais da educação no Brasil, focalizando o estado de São Paulo, a partir da superação da tradição jurídica tecnicista e a perspectiva de um processo histórico de redemocratização.

A História compreendida de maneira reducionista, na vigência do governo militar, tornou-se símbolo de novas abordagens a partir da década de 80,

proporcionando uma possível conscientização crítica de intelectuais e movimentos sociais resistentes e libertadores.

A intenção do capítulo segundo reside na apresentação de três tendências da década de 80: a tendência de analisar a História na perspectiva tradicional, burocrático-legal, tecnicista; a tendência de interpretar a História numa vertente marxista crítico-dialética e, contraditoriamente, a perspectiva da História como fundamento de novas abordagens historiográficas, tal como preconizava a *História Nova* e seus recortes epistemológicos e políticos.

A década de 80 viu, de um lado, a superação da concepção tradicional positivista e tecnicista-evolucionista reduzida por uma proposta de uma análise crítica e política que tomasse os grupos sociais como agentes históricos e sociais emancipatórios, mas apesar da originalidade política desta abordagem não houve oficialidade institucional para sua produção como concepção hegemônica, deixando espaço para uma abordagem profundamente alternativa ou conservadora com estatuto epistemológico pós-estruturalista entendido como a concepção da *História Nova*. O segundo capítulo pretende abordar essas três perspectivas no ensino de História.

No terceiro capítulo pretendemos avançar na análise crítica dessas três tendências durante a década de 90. Iniciaremos discutindo tanto o pessimismo da crise do *socialismo real* e os projetos ufanistas de um discurso sobre o *fim da História*, centralizadas em frentes de críticas como afirmava F. FUKUYAMA (1990), bem como quanto as revisitações teóricas de A. GRAMSCI (1988) e tantos outros autores marxistas, retomados, resgatados numa dimensão libertária quase messiânica.

Por fim, neste capítulo, apresentaremos uma investigação metodológica crítica, proposta de entendimento do atual bloco histórico hegemônico presente no Ministério da Educação e Cultura, fundamentado na Reforma Educacional Espanhola de entender a História como uma análise *memorística* ou registro cronológico, despidido de uma identidade política dos processos de grupos sociais humanos, por diferentes épocas e sociedades. Esta tendência configurada na decorrência da aplicação da LDB (Lei 9394/96) e dos parâmetros curriculares nacionais aponta a História como registro cultural de grupos sociais resistentes, despolitizados, quase sempre nos limites da História como processo social vinculado à tradição epistemológica da Nova História. Os atuais parâmetros curriculares, oficialmente apresentados, voltados para o ensino de História, apontam nesta direção.

Esta observação não poderia deixar de reportar-se à tradição da educação brasileira. Neste campo, a História cede espaço à educação e sistematiza-se uma intersecção entre História e Educação configurado com o que hoje entendemos como História da Educação Brasileira. A compreensão do ensino de História no Brasil seguirá os passos e as contradições da História da Educação no Brasil. Nessa direção organizamos alguns tópicos para delimitar o contexto de nosso estudo.

a) A Educação na Época do Monopólio Jesuíta – de 1549 a 1759 temos o monopólio da Educação Jesuíta no Brasil. Os jesuítas representavam o ideal restauracionista da educação católica com o objetivo da formação dos quadros coloniais proselitistas, de recuperação do espaço institucional perdido na Europa moderna, legitimando a perspectiva mercantil expropriatória do Estado

português mercador. A empreitada católica, jesuítica e missionarista, acabava organizando uma síntese absolutamente nova do Sistema Colonial Ibérico. O Estado português centralizador e autoritário representaria a volta ao passado, a restauração da concepção ufanista e legitimadora de todas as ações colonizadoras portuguesas. Os jesuítas, nestes 210 anos de hegemonia e monopólio da educação e do processo ideológico, privilegiaram uma abordagem da História medieval tradicionalista, conservadora, memorística e voltada para a reposição dos processos vinculados às elites dominantes.

O segundo grande movimento histórico educacional deu-se com a ruptura, em 1759, proporcionada pela ascensão do Marquês de Pombal ao domínio do Estado português. O Marquês de Pombal inaugura o segundo período da educação brasileira, que vai de 1759 a 1808, quebrando a hegemonia da organização monopólica jesuíta como sistema educacional voltado para a possibilidade de apropriação das concepções pedagógicas modernas. Todavia, a despeito da intenção política, o Marquês de Pombal não foi capaz de superar o monopólio jesuíta, constituindo, ao final do processo, uma rede escolar improvisada por Escolas Régias, Aulas Magnas e Aulas Avulsas que não lograram superar a tradição jesuíta, tradicional e antiga.

O Estado português, nesta perspectiva do *despotismo esclarecido* de Pombal, assumia a educação como tarefa do Estado, próximo do que entendemos como *pública*, nos limites improvisados das contradições políticas de sua época. A manutenção do regime escravocrata e a perspectiva colonizadora impediam o Estado da adoção de uma concepção moderna de Educação, História e emancipação política.

O terceiro movimento dá-se, a partir da vinda da Família Real, em 1808, estendendo-se até o final do segundo Império, 1889. Neste período, não há mudanças estruturais na base econômica, social e política brasileira. O Império significa, em última instância, uma adesão conchavista das elites agrárias nativas ao projeto colonizador português e do lado dos colonizadores, uma liberdade consentida e de certa maneira, tradicionalmente negociada, para a Colônia emergente. Neste processo, a História e seu ensino tornaram-se sempre a exaltação das formas de agir, viver e pensar da cultura aristocrática e latifundiária dominante. Temos registros de movimentos sociais resistentes, muito mais pela iniciativa de documentários de historiadores estrangeiros do que a capacidade do Estado brasileiro incorporar as contradições que vivenciara no império escravocrata novecentista.

A República representaria um outro recorte histórico capaz de dar um novo perfil à História e seu ensino na tradição escolar brasileira. Todavia, a despeito dos estudos que hoje possuímos sobre este período - A Primeira República (1889-1930) reflete o pacto colonialista estreito, agora assumido por frações nativas das camadas aristocratas dominantes consubstanciando uma forma material e política organizativa, essencialmente conservadora, autoritária e recessiva. A Primeira República não possui uma concepção resistente ou democrática da História, a abordagem restringe-se aos “Anais da Elites Republicanas” e “As Inovações e Registros das Classes Dominantes”, na trajetória da assunção e controle do Estado brasileiro. As formas de resistência e registro são muito mais consideradas folclóricas do que

efetivamente uma interpretação ideológica diferenciada, capaz de constituir uma nova abordagem da História.

De 1930 a 1961, período de industrialização e urbanização brasileira, encontraremos diferentes movimentos sociais e políticos que refletem frações e novos agentes na direção da construção de sua identidade cultural e política no Brasil.

Tanto o Estado Novo como a República Populista, de uma ou de outra maneira, ambas consolidam o processo de organização capitalista na sociedade brasileira. Neste período, quer pela ditadura de Getúlio Vargas, quer pelo populismo liberal pós 46, a História reduz-se, quase sempre, ao registro das ações do Estado como demiurgo da sociedade, e na tradição educacional sofre patrulhamento curricular estreito, capaz de exaltar ufanistamente o ideário do estado vencedor e da cultura política conservadora e dominante. Neste período encontraremos a perspectiva de uma visão da História, longe do aparato estatal, em autores e pesquisadores que encontram-se fora do espectro do Estado e na direção de uma abordagem crítica de suas principais contradições e movimentos.

Por fim, estudaremos o último período da História brasileira, de 1961 a 1996, interregno entre as duas maiores legislações e diretrizes sobre a História e seu papel teórico na formação da cultura brasileira. Como entender este período de crise e de consolidação do modelo industrial brasileiro, quando as condições internacionais apontam para um novo padrão de acumulação capitalista chamado de “Globalização” ou de “Liberalismo”.

As contradições dessas duas décadas mostram que a escola brasileira passou por uma expansão quantitativa voltada para a escolarização compensatória de grandes parcelas da população brasileira, perdendo a potencialidade crítica e a possibilidade de uma referência conscientizadora para os grupos sociais dominados. Neste período teremos a modernização conservadora do Brasil, será neste capítulo que entenderemos as décadas de 80, compreendendo-a como redemocratizadora e potencialmente institucionalizadora dos processos democráticos no Brasil, frente à globalização avassaladora e perversa que se abate ao final da década de 80, assumindo o papel de integração do Brasil à ordem mundial, nos governos de Fernando Collor (1989-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2001).

Por fim, investigaremos a década de 90 e suas diferentes contrapartidas; de um lado, as possibilidades sempre inovadoras de uma História crítica e capaz de dar consciência dos processos sociais as amplas maiorias despossuídas; e de outro, a História como produto de grupos sociais voltados para a qualificação cultural de sua identidade.

A História Nova, com seus recortes epistemológicos descontínuos e fragmentados contraponto-se à possibilidade de uma História crítico-dialética voltada para a elucidação dos processos ideológicos, econômicos e políticos que encerram as contradições da sociedade capitalista emergente no Brasil. Estas coordenadas denotam que, mais do que nunca, o ensino de História mereceria ser um dos temas prioritários da tradição de pesquisa no Brasil, tanto na perspectiva universitária e de Pós-Graduação gerando novas interpretações e

possibilidades analíticas do fenômeno do tempo e dos processos políticos, quanto ainda de sua potencialidade crítica na tradição educacional do ensino médio brasileiro.

Elevados à categoria de novos gurus, autores como GUATTARI e FOUCAULT apontavam para novos campos e atitudes na pesquisa da História.

O texto de FOUCAULT enuncia claramente esta disposição:

“O motivo que me impulsionou (...) foi muito simples. Para alguns, espero, esse motivo poderá ser suficiente por ele mesmo. É a curiosidade – em todo caso, a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticadas com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se pode pensar diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. Talvez me digam que estes jogos consigo mesmo têm que permanecer nos bastidores, e que no máximo eles fazem parte desses trabalhos de preparação que desaparecem por si sós a partir do momento em que produzem seus efeitos. Mas o que é filosofar hoje em dia – quero dizer, a atividade filosófica – senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? Se não consistir em tentar saber de que maneira e até onde seria possível pensar diferentemente em vez de legitimar o que já se sabe? Existe sempre algo de irrisório no discurso filosófico quando ele quer, do exterior, fazer a lei para os outros, dizer-lhes onde está a sua verdade e de que maneira encontrá-la, ou quando pretende demonstrar-se por positividade ingênua; mas é

*seu direito explorar o que pode ser mudado, no seu próprio pensamento, através do exercício de um saber que lhe é estranho.”*⁷

Os anos 90 revelam que, a História no Brasil, sempre foi um registro dos processos de privilégios das elites agrário-coloniais, agrário-exportadoras imperiais, das formas e trâmites das camadas dominantes aristocratas republicanas, da emergência das camadas médias na estrutura burocrático-estatal e social brasileira e na perspectiva da estratificação social com seus mecanismos de mobilidade, no período de industrialização populista e dependente.

Não há, no Brasil, um estatuto revolucionário para a Ciência da História, a registrar a atuação de grupos sociais conscientes de sua importância e responsabilidade histórica, na direção da emancipação plena da sociedade e de seus interesses de classe.

No final da década de 90, ERIC HOBSBAWN⁸ cunha a expressão “**A Era das Incertezas**” buscando identificar com esta expressão o breve século XX marcado particularmente pela eclosão de disputas hegemônicas entre os blocos capitalista e socialista e pela perda do utopismo novecentista voltado quase que, exclusivamente, para o indivíduo e de sua pluralidade industrial e massificante. A era das incertezas corresponderia a crise dos paradigmas e conseqüentemente a sua possível superação com o tempo opaco, sem sentido, sem esperanças,

⁷ FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. 6.ed. Rio de Janeiro, Graal, 1980, p.13.

⁸ Hobsbawn, Eric, “**A Era das Incertezas**”, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1998.

despido de potencialidade revolucionária. Nessa direção, o presente estudo debater e contribuir sobre os efeitos desse momento na educação Brasileira e particularmente no ensino médio tomando por referência as experiências vivenciadas do ensino de História .

Nesta direção compreendemos que este período condensa profundas mudanças sociais e políticas, articuladas entre os processos de transformações gerais da sociedade capitalista e os movimentos políticos conjunturais da realidade brasileira.

Esta articulação explicita e justifica a potencialidade pedagógica e epistemológica da presente pesquisa. Como entender o ensino de história na realidade dialética e transformadora da década de 80? Como identificar estas transformações na realidade da abordagem educacional? São estas as questões problematizadoras que norteiam o presente trabalho.

A luta que empreendemos para entender a História e suas determinações ideológicas e políticas estimula este pesquisador a dizer que, nesta era da globalização, a radicalidade da democratização e a autonomia do sujeito inscrevem novos direitos e novas proposituras para a sociedade e cultura. A ação do homem e dos grupos sociais passa a ser entendida e assumida como um luta ontológica, um novo horizonte para o ser próprio do homem, voltada para a autonomia da subjetividade e para a liberdade do sujeito frente à realidade, de uma forma inovadora de entender o estado e a realidade do trabalho e o mundo da vida. A História, nesta sociedade, passa a refletir esta contradição ou seus determinantes, de modo a aprender que, nesta direção, tudo está para ser assumido, construído, produzido e legitimado.

Os limites e as possibilidades destas mudanças históricas e a densidade da consciência do educador para esta tarefa são os desafios dos próximos capítulos.

CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS TEÓRICOS E MATRIZES CONTEXTUAIS PARA A COMPREENSÃO DO ESTATUTO EPISTEMOLÓGICO DA HISTÓRIA E AS CONCEPÇÕES DOMINANTES NA TRADIÇÃO CURRICULAR BRASILEIRA NA ERA DAS INCERTEZAS (1980 – 1990).

1.1. As principais concepções da História

Neste capítulo pretendemos apresentar uma sistematização teórica sobre as concepções dominantes de História e suas diversas determinações políticas, epistemológicas e educacionais.

1.1.1 As concepções de História: de Heródoto aos nossos dias.

Iniciaremos este capítulo buscando investigar, sistematizar e apresentar as principais concepções da História como ciência e suas proeminentes abordagens da História como ensino. Nesta direção, entendemos que, a História tomou um estatuto reflexivo e metodológico próprio, a partir dos estudos de Heródoto na tradição escravista da Grécia clássica. Heródoto identifica a análise histórica como a investigação dos processos materiais e políticos que subsistem e organizam as guerras e dissensões entre as cidades gregas. Nessa direção, Heródoto supera a visão da História como narração mitológica, como um estatuto explicativo, determinista e religioso da realidade natural, biológica ou social da sociedade pré-urbana escravistas antigas. A concepção de Heródoto explicando as guerras das cidades gregas tornou-se a matriz da investigação narrativa, documental e interpretativa da História como ciência e prestou o máximo de consciência possível da sociedade grega escravista sob seus traços econômicos e políticos.

A História, na concepção de Heródoto, contrapõe-se à concepção tradicional de outros historiadores que apontavam a vontade dos deuses e a determinação religiosa como justificadora dos enfrentamentos e processos sociais daquele momento. Temos, de um lado, a emancipação da História como ciência, e de outro, sua determinação ufanista, heróica e quase sempre legitimadora dos processos militares e políticos dominantes. A História na idade antiga não configura a abordagem diferenciada da matriz de Heródoto. Quase sempre temos formas historiográficas, teológico-dogmáticas e registros militares ou jurídicos voltados para a exaltação dos feitos reis militares ou reis sacerdotes, ou ainda, o registro das empreitadas tributárias e militaristas, bélico-escravistas nos estados antigos.

A História na Antigüidade é o registro dos bastidores e anais dos feitos heróicos dos reis vencedores, assim é o registro da História, tanto na sociedade egípcia, persa quanto na Fenícia ou Mesopotâmia, na análise dos feitos hindus, na China, como ainda, na tradição religiosa do povo hebreu, consubstanciado na tradição bíblica ou no muito mais rico e documentado processo de hegemonia da sociedade grega e romana.

Nestas sociedades a História é sempre abordada como a forma de exaltação do poder dominante e sua indiscutível legitimação sobre os processos militares, econômicos, culturais e sociais daquele momento.

Na Idade Média, entre os séculos V e XVI, entendida aqui como “a sociedade que supera o modo de produção escravista antigo”, e organiza-se sob uma nova forma de condução das forças materiais, consubstanciadas no Feudalismo, representado ainda, pelo poder tanto da nobreza enquanto classe

emergente, quanto da Igreja, na legitimação religiosa vívida do Pacto Estamental Medieval, encontramos uma História dividida entre duas abordagens.

De um lado, a História dos feitos heróicos dos reis e das classes nobres, bárbaras, cristianizadas, e por outro, a chamada visão da “História Sagrada”, consubstanciada desta feita, nos registros e anais da História da Igreja na Idade Média, quase sempre identificada como uma História militante e reprodutora das relações sociais determinadas pela *vontade de Deus*.

A História dos Estados belicosos e a História da Igreja configuram duas identidades históricas próprias da Idade Média, a legitimar o pacto entre as classes estamentais, rígido e imóvel, e quase sempre vinculados aos círculos de poderes daquele momento, sobre o domínio da terra e das relações de servilismo, servidão, suserania e vassalagem sobre as demais classes sociais da época. A História da Idade Média não registra necessariamente um estatuto próprio, mas poderá ser encontrado nos anais dos teólogos, filósofos e quase sempre em relatos literários ou jurídicos, de tantos escritores e apologetas da Ordem Medieval e Estamental.

Para este tempo e época, a História deveria ser a comprovação do determinismo religioso e a exaltação deste determinismo no terreno cronológico, quase sempre voltado para o elogio da ordem divina, a exaltação da sabedoria de Deus, e a possibilidade de uma consciência de classes rígida, capitular, obediente e vassala.

O século XVI, auge do Renascimento, vê o mundo moderno alvorecer com toda a sua possibilidade. Racional, empírica e politicamente emancipatória.

O Século das Luzes, que se contrapõe à Idade das Trevas, anuncia-se como uma superação da mobilidade social estreita medieval, a possibilidade de novas forças produtivas industriais, novas relações culturais e políticas, novas representações ético-existenciais e de um simbolismo cultural inovador centrado no homem e em sua capacidade criadora.

A modernidade antropocêntrica supera o teocentrismo medieval. Os filósofos da modernidade anunciam o tempo do homem, o tempo da ação do homem, o tempo da razão, o tempo da experiência, o renascimento das forças humanas e a capacidade emancipatória da razão num processo de esclarecimento político-filosófico, libertador, ímpar na cultura das sociedades humanas.

Assim, a História retoma a sua potencialidade crítica na perspectiva moderna. Podemos afirmar que os modernos “reinventam” a História, esta disciplina ou matéria, área do conhecimento ou epistemologia torna-se uma novidade como aquela que registraria na perspectiva liberal os passos e as possibilidades inovadoras da ação do homem no mundo.

Critica-se duramente o determinismo da História sagrada, quebra-se o perfil da História clerical vinculada aos interesses da Igreja, para uma História profana, leiga, livre dos determinismos religiosos anteriores, buscando uma legitimação racionalista, empirista voltada aos interesses da burguesia emergente.

Assim, a urbanização, a emergência da burguesia, a industrialização inglesa, o liberalismo iluminista francês e as inovações da sociedade moderna trazem uma nova identidade para a História, leiga, democrática, voltada para o

registro científico dos processos sociais, para as formas científicas de contabilidade do tempo e para o entendimento racional dos processos de ação política e econômica.

A sociedade moderna reintroduz a História como consciência homem e de uma época e de sua potencialidade transformadora, soterrada anteriormente pela concepção medieval e sufocada pelos limites estreitos da sociedade escravista antiga.

As fontes historiográficas da Antigüidade, mantidas sob controle eclesial e sob controle político e ideológico da Igreja e das classes estamentais dominantes retomam nova força e reaparecem como um filão epistemológico e político inovador para a sociedade burguesa emergente.

A primeira e talvez a mais influente corrente filosófica moderna foi o Positivismo, nascido do século XIX, na França novecentista, onde já havia sido consolidada uma hegemonia burguesa. O Positivismo tem na ciência empírica sua base operacional, transforma a concepção científica moderna no fundamento investigativo da ação do homem. pretendendo analisar, com rigorosa e suposta neutralidade científica, o espaço político, o espaço cultural e conseqüentemente o espaço histórico. O Positivismo tornou-se a filosofia mais influente do século XIX, determinando uma concepção de história evolucionista, objetiva, superando supostamente as determinações políticas, partindo sempre do lado mais primitivo da realidade para uma teleologia *metahistórica*, uma realização plena dos tempos e da realidade política, coincidindo ideologicamente com a massificação e triunfo da sociedade positiva burguesa européia.

Os estados da história ou os estágios históricos e filosóficos de Auguste COMTE são extremamente importantes para elucidar esse processo evolucionista. Ao primeiro estágio da humanidade, chamado estágio mitológico ou religioso, corresponderia uma concepção religiosa supersticiosa e extremamente marcada pela magia, pelo animismo e pelas estruturas mítico-religiosas, segundo COMTE. Este estágio seria superado por uma interpretação metafísica arbitrariamente identificada como a eclosão da sociedade e cultura grega, onde o homem, agora a partir de categorias abstratas, teria compreendido de maneira lógica alguns fenômenos naturais, algumas etapas ou épocas histórias e constituído uma base idealista para análise do mundo e de sua própria ação. Todavia, para COMTE, a realização da história estaria identificada com o triunfo da concepção burguesa, coincidindo com a modernidade, onde o espírito positivo, empírico e indutivo, centrado na experiência material e pragmática de análise das coisas e dos fatos, seria a matriz da própria investigação histórica, filosófica e científica.

A história teria tornado-se uma ciência positiva e as investigações das instituições sociais, dos atos comuns dos homens, do próprio pensamento humano. Esta teria agora a forma de uma *física social*, uma análise material pragmática e objetiva dos fatos históricos, considerados como se fossem coisas, efetivados através do rigor do método, da suposta posição neutra do sujeito pesquisador e do conjunto dos dados sistematizados empiricamente, numa idealista objetividade positiva de totalidade. Esta ciência seria a base material e ideológica da concepção burguesa e estaria, portanto, vinculada aos destinos do capitalismo e do imperialismo expansionista do século XIX.

Augusto COMTE concebia uma realidade da história marcada pela *empyria*, pela determinação da neutralidade, pelo caráter pragmático e utilitarista das coisas voltando-se para uma interpretação idealista, mecanicista, funcional e estruturalista dos fatos humanos.

Por outro lado também o século XIX, em suas contradições estruturais, viu surgir uma concepção de filosofia que pretendia questionar os paradigmas iluministas modernos, identificando-os como a interpretação positivista da História e da Filosofia, produzindo críticas idealistas, subjetivistas e pontuais, que apontavam para uma insuficiência ou superação do paradigma Iluminista, abrindo novas interpretações e procurando sustentar novos campos epistemológicos, na direção da grande vertente crítica que se fazia à razão moderna.

Podemos identificar neste campo a Fenomenologia ou a Filosofia dos Fenômenos, que acabam afirmando a impossibilidade de conhecermos as substâncias ou essências das coisas, remetendo-nos à análise e investigação dos fenômenos, das aparências, das formas operacionais, das formas circunstanciais da realidade. É certo afirmar que a construção social da Fenomenologia, a partir de grandes teóricos, eminentes críticos da Modernidade, consubstanciada em obras filosóficas destacadas, coincidiu com o movimento de crítica ao paradigma moderno onde, *grosso modo*, podemos identificar F. NIETZSCHE, SCHOPENHAUER, KIERKEGAARD, a tradição psicanalítica derivada de S. FREUD, os Existencialismos e M. HEIDEGGER e SARTRE.

O método fenomenológico é uma atitude aberta do ser humano, livre de conceitos e definições ou predefinições. A atitude fenomenológica, para

HEIDEGGER, é retomar o caminho que nos conduza a ver nosso existir simplesmente como ele se mostra. HEIDEGGER reorientou nosso olhar, rompeu com a teoria do conhecimento fundamentada no binômio sujeito – objeto, integrando sujeito objeto. O método fenomenológico não se limita a uma descrição, sendo uma forma de hermenêutica, isto é compreensão – interpretação – nova compreensão. A pesquisa fenomenológica parte da compreensão de nosso viver, sendo toda hermenêutica implicitamente ou explicitamente o entendimento de si mesmo o ser humano precisa refletir, e através da reflexão que se dá a apropriação de nosso ato de existir. A consciência inicialmente e falsa consciência. A pesquisa fenomenológica, no campo educacional, desenvolve-se em três etapas:

- a) Discussão e ação: constitui-se no entendimento do aluno difícil e de grupos de discussão.
- b) Reflexão: Esta fase constitui um recuo da pesquisadora para enfocar a vivência aconselhadora sob um outro ângulo.
- c) Ação: Essa etapa constitui-se numa proposta de aconselhamento, ou uma nova compreensão da situação de aconselhamento, surgida nas etapas anteriores.

O enfoque fenomenológico não pretende destruir as abordagens empiricistas, mas sim chamar a atenção para suas limitações e lacunas, que tem como ponto falho a suposta neutralidade e objetividade do pesquisador, propondo uma reflexão exaustiva, sempre e contínua sobre a importância, a validade dos processos adotados. Nessa ação sem fechamentos ou sistemas acabados o pesquisador mostra sua maneira de estar interrogando-o e como dizia **Merleau-**

Ponty “ *O mundo não é aquilo que eu penso, mas aquilo que vivo, sou aberto ao mundo me comunico indubitavelmente com ele, mas não o possuo ele é inesgotável*”.

Todas estas filosofias modernas ou contemporâneas afirmavam novas bases para a compreensão do homem, da razão, da subjetividade, da emoção, da vontade, dos sentidos, das sensações e dos valores. Com o destaque da grande crítica à racionalidade moderna, própria dos limites da Filosofia e realidade alemã do final do século XIX, afirma NIETZSCHE:

“Não há princípio mais importante para a ciência histórica do que este, que com tanto esforço se conquistou, mas que deveria estar realmente conquistado – o de que a causa da gênese de uma coisa e a sua utilidade final, a sua efetiva utilização e inserção em um sistema de finalidade, diferem “toto coelo” (totalmente); de que algo existente, que de algum modo chegou a se realizar, é sempre reinterpretado para novos fins, requisitado para uma nova utilidade, por um poder que lhe é superior, de que todo acontecimento do mundo orgânico é um subjugar e assenhorar-se, e todo subjugar e assenhorar-se é uma nova interpretação, um ajuste, no qual o “sentido” e a “finalidade” anteriores são necessariamente obscurecidos ou obliterados . (...) Logo, o “desenvolvimento” de uma coisa, um uso, um órgão, é tudo menos o seu “progressus” em direção a uma meta, menos ainda um “progressus” lógico e rápido, obtido com um dispêndio mínimo de forças – mas sim a sucessão de processos de subjugamento que nela ocorrem, mais ou menos profundos, mais ou menos interdependentes, juntamente com as resistências que cada vez encontram.”⁹

⁹ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1988, p.80-82.

Em bases idealistas e subjetivistas a história passou a ser entendida como uma interpretação da ação humana cada vez mais distante da suposta neutralidade positivista beirando agora a um outro extremo, a uma subjetivação completa da realidade. Esta escola teórica e seu método acabam sendo importantes marcos para a crítica que se fez aos próprios rumos estruturais do capitalismo no século XIX. Esta crítica da história positivista teve inúmeros seguidores e acabou, como uma escola própria, influenciando muitos romancistas, literatos, pesquisadores, abrindo uma gama de trabalhos e obras que inauguravam uma visão de mundo sustentada com a recusa da objetividade e identificava-se com a interpretação idealista e subjetivista do mundo.

Num terceiro item identificamos o Marxismo como a grande filosofia que instrumentalizou um ciclo histórico de mudanças institucionais e políticas na Modernidade, o grande ciclo socialista do século XIX e XX, criou as bases de uma *filosofia da história* compreendida como a concepção *dialética* da história e constituiu uma escola de método entendido ou definido como método dialético de interpretação da realidade, composto por inúmeros teóricos, pesquisadores, agentes políticos e estudiosos no século XX. Esta interpretação Marxista guarda em sua própria trajetória diferenças estruturais, prevalecendo uma interpretação terceiro internacionalista que buscava fundar uma interpretação da história na análise positiva racional dos fenômenos sociais, a partir do trabalho humano coletivamente assumido.

É certo que o Marxismo não teve em si diferenças estruturais, mas assumiu identidades históricas diversas, considerado como método e teoria política. Podemos destacar, de um lado a inspiração terceiro-internacionalista

objetiva, entendida como um Marxismo ortodoxo, constituído a partir de leis institucionais e determinações políticas doutrinárias, sendo criticado até como funcionalista; podemos identificar a segunda tradição ou vertente, denominada Marxismo ocidental, marcada ecleticamente por alusões e relações de articulação com o freudismo a psicanálise, e outras teorias que buscavam interpretar a cultura a subjetividade aliando-as à vontade e a emoção. A terceira fonte ou escola, o Marxismo estruturalista, identificava na categoria de estrutura a definição de todos os componentes sistêmicos, metódicos, filosóficos, históricos e conjunturais da realidade.

É certo que podemos identificar até uma quarta corrente interna do marxismo composta de franco atiradores, alusões e articulações espúrias entre religião e marxismo, entre arte ou estética e marxismo, e outras bases essencialmente pontuais da realidade que, *grosso modo*, não chegam a constituir uma grande ou complexa rede ou escola marxista.

Mesmo a concepção *dialética* da *realidade* fora sempre duramente questionada pelas novas historiografias e métodos. FOUCAULT continua a ser o grande crítico desta tendência.

“A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não é não lingüística. Relação de poder, não relação de sentido. A história não tem “sentido”, o que não quer dizer que seja obscura ou incoerente. Ao contrário, ‘inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas. Nem a dialética (como estrutura da comunicação) poderiam dar conta do que é a inteligibilidade intrínseca dos confrontos. A “dialética” é uma maneira de evitar a realidade aleatória e aberta desta inteligibilidade reduzindo-a ao

esqueleto hegeliano e a “semiologia” é uma maneira de evitar seu caráter violento, sangrento e mortal, reduzindo-o à forma apaziguada e platônica da linguagem e do diálogo.”¹⁰

Estas três matrizes, com suas diferenças estruturais; o Positivismo e seu método-empírico-analítico, a Fenomenologia e suas concepções e métodos descritivos e impressionistas, centrada principalmente na hermenêutica filosófica, e o Marxismo, com suas quatro tendências internas, configuram um grande e influente movimento histórico e filosófico do século XX, com amplas influências na ciência da História.

Eric HOBSEBAWN (1999) afirma que a história tornou-se, no século XX, a ciência por excelência, parafraseando MARX como *a única ciência é a história*. É certo que mesmo acontecendo de maneira extremamente aberta ou desarticulada a luta pela hegemonia ideológica dessas três matrizes sempre fora disputada conjunturalmente, de acordo com o avanço das lutas políticas reais e materiais. Assim, estas três matrizes decorrem em muitas outras articulações, interpretações epistemológicas e encaminhamentos diversos para a compreensão do agir do homem no mundo, na realidade e na cultura.

Podemos identificar até diferentes intensidades ou diferentes compreensões conjunturais derivadas das três matrizes implantadas, até podemos afirmar que em alguns momentos o ecletismo ou até a banalização ou interpretação banal dessas matrizes produziu diversas abordagens com consequências epistemológicas e políticas contraditórias.

¹⁰ Foucault, **Microfísica do Poder**, Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, p.5

1.1.2 As matrizes da produção da ciência da História no Brasil.

No Brasil, tais perspectivas sofrem um desvio padrão. De um lado, nascemos no alvorecer da modernidade, por outro lado, somos constituídos e mesclados sob a marca do restauracionismo medieval.

Como dissemos anteriormente, os Jesuítas representaram o que havia de mais conservador à época do século XVI. Tivemos em nosso país, o triunfo de um modelo corporativo, estatal, burocrático, colonizador, vinculado ao modelo cultural, institucional da sociedade colonizada que representava uma simbiose entre o Estado colonialista e a sociedade nativa dependente, marcando sob o estigma do escravismo vigente, todas as produções ideológico-científicas ou ético-políticas da época.

No Brasil a História sempre fora apresentada como uma ciência descritiva memorística, factual, narrativa, ufanista, épica, identificada sempre com a descrição dos fatos, acontecimentos, biografias e feitos das camadas ou classes dominantes. A tradição colonial brasileira sempre privilegiou a descrição documental formal; a colonização portuguesa, não é muito grave afirmar, consagrou uma concepção elitista da História, os portugueses têm muito mais uma concepção literária da realidade do que uma destacada produção histórica, decorrente do ofício político de registrar e interpretar os fatos. Os historiadores não eram muito bem-vindos ou fecundos na realidade portuguesa, padecendo sempre de perseguições, interrupções, prisões e muitas outras formas de silêncio

ou opressão. A estrutura colonial portuguesa privilegiava, de certa maneira, a exploração mercantil e econômica, os registros oficiais da grande empreitada de exploração agrícola e mineral dos portugueses apontam para uma rusticidade reflexiva e miséria documental, sem dar a devida importância para o registro dos fatos e acontecimentos. De certa maneira somos tributários de uma interpretação da história, que marca a compreensão colonial portuguesa ufanista, épica, religiosa, com a manutenção dos registros documentais dominantes.

O grande salto econômico político do Brasil aconteceu no século XX, a revolução de 30 é o grande marco das mudanças de um país essencialmente agrícola para um movimento que implementava a realidade industrial urbana, a economia rural extrativista passava a ser superada pelos investimentos estatais na industrialização e urbanização. Os anos 30 são, portanto, os anos de rupturas e superação da realidade econômica e social política e cultural do Brasil agrário-exportador. Decorrentes dessas mudanças a realidade simbólica ou ideológica também se altera e vamos ver vicejar no país novas estruturas ideológicas que buscam interpretar a história do Brasil e articular-se com os grandes acontecimentos e tendências da análise da história, de maneira renovada ou até avançada, naquele período histórico.

Podemos dizer que, decorrente dessas mudanças, vicejam em nosso país uma concepção Marxista da história constituída de varias matizes e formada arbitrariamente, através da ação de escritores isolados, ativistas políticos, articuladores acadêmicos que, *grosso modo*, constituem uma tradição teórica sobre uma concepção materialista da história, da educação, da realidade política e da identidade cultural brasileira. Nesta tendência ou vertente estão presentes os

pesquisadores CAIO PRADO JÚNIOR, NELSON WERNECK SODRÉ, CELSO FURTADO, FLORESTAN FERNANDES, ANTONIO CÂNDIDO entre outros, variando de um populismo nacionalista ao terceiro internacionalismo estatista, passando pelo debate da emancipação econômica, da glorificação do partido e outros tantos marcos ideológicos já presentes em interpretações da tradição marxista.

A produção destes intelectuais marxistas não encontrou no país uma defesa ou identidade hegemônica, sendo sempre decorrente dos movimentos históricos, duramente combatida e sufocada. Prevaleceu no Brasil, dos anos 30 aos anos 60, uma concepção populista, ufanista e desenvolvimentista, articulando a industrialização com o ideal de uma nação moderna e em desenvolvimento, num discurso próximo dos ideais fascistas da época.

Nesta tradição vimos que o contraponto entre a exaltação do Estado, dos governantes, dos fatos dominantes, com uma sustentação política populista, um método positivista ou uma derivação política populista, produtora de vassalagem ou alienação, fora combatida por uma análise marxista crítica, quase sempre próxima também do messianismo e do ideal idealista ou teleológico de uma revolução anunciada e passível de acontecer rápida e mecanicamente. A história pontificava como um método, concepção e arma política das camadas sociais em disputa na realidade brasileira.

Os anos 60 viram surgir na Europa novas interpretações da história, decorrentes das mudanças provocadas pela realidade europeia pós-guerra. Marc BLOCH (1986) grande historiador francês, define *a nova história*, causando impacto no Brasil e no mundo a partir da década seguinte. A nova história busca

uma nova definição do tempo, das fontes do agente pesquisador e do próprio sujeito histórico; uma interpretação voltada agora para as fontes, para o tempo fragmentado, para a realidade da ação humana sem recorrer às meta- narrativas estruturais ou teleológicas. Esta interpretação da nova história estava articulada ao destino das camadas médias e às próprias definições políticas da realidade européia, presa entre a guerra fria que causava temor e paralisia nas utopias revolucionárias e o fantasma do fascismo.

A *nova história* apresentava uma interpretação anti-totalitária e propunha alguns rescaldos teóricos para novos tempos, métodos, novos objetos e novas possibilidades do ensino e na compreensão da história. Vimos derivar desta vertente, décadas mais tarde, a também chamada *história das mentalidades*, que nos anos 80 logrou algum destaque literário ou editorial, no mundo e no Brasil, hoje abandonada pelos próprios articuladores como Paul VEYNE, entre outros.

Procede a grande crítica de FOUCAULT:

“A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não meramente lingüística. Relação de poder, não relação de sentido. A história não tem “sentido”, o que não quer dizer que seja obscura ou incoerente. Ao contrário, ‘inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas. Nem a dialética (como estrutura da comunicação) poderiam dar conta do que é a inteligibilidade intrínseca dos confrontos. A “dialética” é uma maneira de evitar a realidade aleatória e aberta desta inteligibilidade reduzindo-a ao esqueleto hegeliano e a “semiologia” é uma maneira de evitar seu caráter violento, sangrento e mortal, reduzindo-o à forma apaziguada e platônica da linguagem e do diálogo. (...) A corrente metodológica que se quer resgatar e que se pretende seguir como fio condutor do

ensino da História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (...) propõe que a História apresente características de uma ciência, e que, neste sentido, é vista não como um fato pronto, passivo, contemplativo, mas como um processo infinito, com participação ativa do sujeito eu faz a História, e do objeto de conhecimento histórico, levando, conseqüentemente, a constantes reinterpretações do trabalho do historiador. Nestas condições, a História é entendida como o resultado da ação do homem sobre a natureza e sobre ele próprio, transformação esta que é executada, não isoladamente, mas de forma coletiva. Se se quer colocar a História em seu devido lugar, pois enquanto área do conhecimento humano, ela tem uma abrangência social inerente ao contexto em que se inserem os fatos, o seu estudo pode contribuir para a formação da consciência social de um povo.”¹¹

A Nova História buscava sim novos campos epistemológicos e acabava essencialmente cometendo as mesmas contradições que acusava na história tradicional, voltando-se para uma história narrativa, fragmentária, tópica, arbitrária, confundindo-se com uma radical subjetivação das coisas, dos fatos e da realidade. Nesta matriz a nova história produzia uma tendência espúria, quase que terapêutica ou individualista, voltada para campos temáticos e explorações interpretativas livres, quebrando profundamente a espinha epistemológica da compreensão iluminista.

Da nova história, cuja expressão radical fora a *história das mentalidades*, vimos surgir os ideais decorrente de um novo método; a desconstrução dos fatos, a desterritorialização epistemológica, a capacidade crítica ampliada de

¹¹ FOUCAULT, M. Op. Cit. Pg 137.

chegar sempre a escandir os conceitos, quase que no exercício semântico ou próximo da própria interpretação hermenêutica clássica, ou ainda da exegese cristã. Michel FOUCAULT define bem esta nova atitude e conceituação:

“É justamente a regra que permite que seja feita violência à violência (...). O grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, e de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para perverter-la contra aqueles que as tinham imposto, de quem, se introduzindo no aparelho complexo, o fizer funcionar de tal modo que os dominadores encontrar-se-ão dominados por sua próprias regras. As diferentes emergências que se podem demarcar (...) são efeitos de substituição, reposição e deslocamento, conquistas disfarçadas, inversões sistemáticas. (...) se interpretar é se apoderar (...) de um sistema de regras que não tem em si significação essencial, e lhe impor uma direção, dobra-lo a um nova vontade, faze-lo entrar em um outro jogo e submete-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpretações. E a genealogia deve ser a sua história: (...) (histórias várias), como emergências de interpretações diferentes. Trata-se de faze-las aparecer como acontecimentos no teatro dos procedimentos”¹²

Nesta linha, a nova história, *grosso modo*, em suas variações pontuais e articulações com outros campos da ciência, notoriamente a Psicanálise, tinha como base estrutural o antimarxismo ou a crítica da concepção marxista, identificada como a concepção estatal soviética ou a ortodoxia da terceira internacional operária.

¹² FOUCAULT, Michel, Op. Cit., p.25-26

A crítica ao poder, que se materializa também na objetividade do pesquisador e na autoridade política de sua interpretação, é duramente questionada pelo mesmo FOUCAULT, quando descreve as formas de discursos e determinações epistemológicas da tradição iluminista. Seu texto é contundente e devastador:

“...um ritual de discurso onde o sujeito fala coincide com o sujeito do enunciado: (...) que se desenrola numa relação d poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar, um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprir para poder manifestar-se, enfim, um ritual onde a enunciação em si, dependentemente de suas conseqüências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação. (...) Pela estrutura de poder que lhe é imanente, o discurso da confissão (vem) (...) de baixo, como uma palavra requisitada, obrigada, rompendo, através de alguma pressão misteriosa os lacres da reminiscência ou do esquecimento”¹³

Fora dessa tradição crítica da Modernidade surgia também o *marxismo analítico* que buscava identificar no marxismo não somente uma matriz política, mas também uma matriz histórica, filosófica e um método de análise da realidade. THOMPSON (1997) questiona duramente o autodidata ALTHUSSER (1995) e suas teorias e concepções filosóficas interpretativas do marxismo

¹³ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 10.ed. Rio de Janeiro, Graal, 1980, p.61.

buscando questionar o estruturalismo e abrir novas perspectivas para análise da realidade. Esta problematização produziu uma investigação teórica renovada, mas não atingiu os fundamentos da realidade de uma nova concepção da história ou de um novo ciclo revolucionário.

Assim, tivemos no nosso país implicações epistemológicas e concepções derivadas desta mudança ou conflitos de interpretações e formas da história. Vicejou no país uma história ufanista centrada no ideologismo das camadas dominantes e na identidade nativista da brasilidade com laivos populistas; tivemos ao lado desta concepção oficial a construção dura, arbitrária e contraditória, de uma interpretação marxista da realidade centrada na análise dos processos materiais econômicos, a partir da crítica profunda a uma matriz colonial portuguesa, aos pontos e características da experiência imperial e aos processos decorrentes da grande empreitada colonial agrícola escravocrata em nosso país, apontando as contradições da industrialização e da modernização conservadora do século XX.

Por outro lado, decorrente das mudanças epistemológicas e teóricas da história nas escolas europeias vimos surgir duas grandes tendências nos anos 70, a história nova e suas variações de objeto, métodos, sujeitos epistemológicos, e a compreensão da história materialista até a adoção do marxismo analítico que pretendia compreender quais seriam as bases sociais voltadas para a ampliação ou hegemonia do método marxista de ver a realidade.

A educação no Brasil foi tributária das formas históricas da cultura e da colonização brasileira. A concepção tradicional jesuíta magistrocêntrica e memorística, marcou para sempre o exercício da consciência histórica entre nós.

O Estado agro-exportador extrativista português, através de diversos ciclos econômicos, do pau-Brasil, cana-de-açúcar, dos subsídios da pecuária, do algodão, do tabaco, ao extrativismo da sociedade mineira do século XVII, corresponde a um estado sempre voltado para o registro dos processos e deslocamentos das camadas burocrático-políticas dominantes e a um menosprezo, prejuízo ou desprezo dos deslocamentos populares ou dos grupos sociais nativistas ou revanchistas deste momento.

Teremos como triunfo, uma concepção da História ufanista, registradora das camadas dominantes, que perdura na vigência do estado agro-exportador, monocultor, latifundiário e escravista, que poderia ser compreendido de 1500 a 1822.

Mesmo na experiência imperial, como já dissemos, a História não tem outra identidade a não ser a exaltação dos deslocamentos cortesãos ou o registro dos movimentos controladores jurídicos, ideológicos do Estado Imperial.

A República até 1930, mantém a mesma matriz econômica, embora assuma um incipiente processo industrializante, não é capaz de mudar o estatuto próprio da História de exaltação do círculo de poder de dominantes. Temos, todavia, na República, uma nova abordagem epistemológica da História, a História na perspectiva do Positivismo, buscando superar a interpretação tradicional.

A concepção positivista da História, centrada em Auguste COMTE, aponta uma identidade inovadora a concepção evolucionista do tempo e das

transformações sociais. Para Auguste COMTE¹⁴ partimos de uma sociedade primitiva, mitologicamente constituída sob formas de pensamentos animistas e fetichizadas para um triunfo de uma concepção metafísica de História na sociedade grega que perduraria durante toda a idade Média, até ser superada pela análise empírico-quantitativa e positiva da História, somente possível com a vivência das Ciências Naturais, nos séculos XIX , conjuminada aos interesses da sociedade burguesa emergente.

*“A concepção positivista enfoca a história como uma seqüência lógica, concatenada, de fatos, acontecimentos e processos que constituem uma seqüência em direção a uma idéia de progresso, onde as contradições e conflitos seriam abolidos, essa seria a humanidade no terceiro estado.”*¹⁵

A positividade do historiador assume agora uma função ideológica própria, a de explicar as anomalias sociais, justificar pragmaticamente o monopólio do poder e das elites dominante, e prever possibilidades de conflitos sociais, numa perspectiva calculista capaz de legitimar e, de certa maneira, sufocar as potenciais rebeliões ou incapacidade jurídico-adaptativa das camadas sociais subalternas.

¹⁴ Comte, August, **Coleção Os Pensadores**, São Paulo, Abril Cultural, 1973 .

¹⁵ Chauí, Marilena et alli, **Primeira Filosofia: lições introdutórias**, 3ª ed, São Paulo, Brasiliense.

A História na perspectiva de August COMTE¹⁶ seria o controle do aparato militar e educacional e a potencialidade ideológica, monopólica e hegemônica das camadas emergentes.

1.1.3. A concepção historicista: S. B. HOLANDA e Fernando AZEVEDO.

Já no Brasil, tivemos neste século XX, algumas interpretações que radicadas no Positivismo lograram superações ou ensaiaram mudanças organizacionais. De um lado, podemos apontar como matrizes literárias e históricas do Brasil, a produção de Sérgio Buarque de HOLANDA e Fernando AZEVEDO.

Sérgio Buarque de HOLANDA¹⁷ busca debater o processo civilizatório no Brasil. Suas categorias radicadas no Positivismo explicam a organização de uma civilização brasileira, de identidade própria, nativista, voltada para a produção de uma matriz cultural civilizatória própria do modelo arcaico português com as novidades etno-culturais negra, branca e indígena. Para Sérgio Buarque de HOLANDA¹⁸, o processo social torna-se um processo civilizatório.

De outro lado, Fernando AZEVEDO¹⁹, um dos signatários do "Manifesto dos Pioneiros" busca entender a cultura brasileira, a partir de um método empírico, sem cair todavia, no que ele chamaria "Análise Marxista da História",

¹⁶ Bastos, Tocary **O Positivismo e a realidade Brasileira**, Belo Horizonte –Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1965.

¹⁷ Buarque de HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**, Ed Civilização Brasileira, 1984.

¹⁸ Idem, pg 34.

¹⁹ Azevedo, Fernando. **A Cultura Brasileira**, 3ª ed, 3 vol, São Paulo, Melhoramentos

que é de identificar os processos econômicos e responsabilizá-los pelas matrizes brasileiras em diferentes épocas.

Estes dois autores centralizam o processo cultural e social como fundamentais para o entendimento da realidade da sociedade brasileira desenvolvimentista, na década de 40 e 50, no Brasil.

Podemos mostrar que, de uma matriz positivista, o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda e Fernando AZEVEDO centraliza-se numa epistemologia historicista própria do pensamento do teórico-alemão Max Weber.

1.1.4 A concepção Marxista: Celso FURTADO, Florestan FERNANDES, Caio Prado e Nelson W. SODRÉ.

De outro lado temos uma concepção inovadora e pioneira emergente no pós-guerra. Intelectuais de diferentes áreas do conhecimento como Celso FURTADO, Florestan FERNANDES, Caio PRADO JÚNIOR e Nelson Werneck. SODRÉ organizam um filão epistemológico político inovador na investigação da história brasileira. A estes são atribuídas as interpretações e denominações de pioneiros de uma concepção materialista ou Marxista da história no Brasil.

Cada um deles, de sua análise científica própria, a história, a economia, a política define um caminho teórico interpretativo que visa elucidar a tradição cultural, econômica e social no Brasil. Embora, como concepção Marxista, muitos deles guardem divergências entre si, poderão ser alinhados *pari passu*, quando investigamos os fundamentos de sua análise, a partir do método de

entender o processo sócio-político como decorrente do processo econômico e social.

A dialética situa-se no plano de realidade, no plano histórico, sob a maneira como se engendram as relações contraditórias, conflitantes, e adstritas às leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos. A concepção materialista funda-se no imperativo do modo humano de produção social da existência.

“O primeiro pressuposto de toda a história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois a organização corporal desses indivíduos e, por meio disto sua relação dada com o resto da natureza. Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, ou por tudo que queira. Mas eles próprios começam a diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida; passo esse que é condicionado pela sua organização corporal(...) o fato portanto é o seguinte : indivíduos determinados, que como produtores atuam de modo também determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas. É preciso que em cada caso particular a observação empírica coloque necessariamente em relevo empiricamente sem qualquer especulação ou mistificação a conexão entre a estrutura social, política e a produção (. . .) A produção de idéias, de representações da consciência está de início, diretamente entrelaçada a atividade material e com o intercâmbio material (. . .) os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias, mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar a suas formações mais

*amplas. A consciência jamais pode ser outra do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real.”*²⁰

Celso FURTADO e Nelson Werneck SODRÉ²¹ organizam a metáfora da “Revolução em Processo”, e buscam entender o projeto de desenvolvimento social brasileiro na direção da emergência da revolução burguesa e, posteriormente proletária.

Florestan FERNANDES e Caio PRADO JÚNIOR²² inauguram uma vertente anti-intelectualista menos teleológica e mesmo assim, explicando a trajetória do proletariado brasileiro em suas matrizes diversas, como aquela que responsabilizar-se-ia pelo processo revolucionário e transformador da sociedade e da cultura brasileira como um todo.

Para estes autores, a sociedade e a realidade histórica brasileira teria rupturas, interrupções, procedimentos de resistências, mas desde a organização urbana dos anos 30, o Brasil entrara numa caminhada teleológica em direção a sua emancipação como sociedade, onde a revolução proletária explicaria ao final, todos os processos que consubstanciam a cronologia das décadas e dos movimentos políticos pontuais, o Brasil teria então uma vocação revolucionária própria, carregada em diferentes momentos por vanguardas proletárias e círculos orgânicos expressivos, capazes de, aqui e acolá, dar a consciência do tempo e os passos necessários para essa emancipação plena a ser conquistada no final do

²⁰ Fazenda, Ivani (org). **Metodologia a pesquisa educacional** Cortez ed, 1989, p 75.

²¹ FURTADO, Celso e SODRÉ, Nelson Werneck. *A metáfora da revolução em processo*. Rio de Janeiro, 1965.

²² FERNANDES, Florestan e PRADO JÚNIOR, Caio. **Educação e Sociedade**, EDUSP, São Paulo, 1973.

processo histórico como um todo. A “Revolução Brasileira” seria o contraponto da civilização brasileira de Sérgio Buarque de HOLANDA e Fernando AZEVEDO. Nestes autores há um processo civilizatório colonialista que corresponderia a um processo proletário revolucionário trazido como esperança e utopia da única identidade cultural política possível para a sociedade brasileira.

Estes historiadores privilegiam a trajetória das vanguardas existentes e dos elementos reivindicativos sociais mais avançados na direção da consciência em que o país caminharia para uma plenitude social, política e cultural.

Embora esses autores tenham trajetórias diferentes, a concepção que consagraram não tornou-se a concepção dominante na tradição cultural brasileira.

Nelson Werneck SODRÉ apesar de extensa produção bibliográfica, sempre foi, em diferentes épocas históricas, um autor marginal à tradição cultural, institucional da Universidade e da historiografia dominante.

Celso FURTADO e Florestan FERNANDES, assim como Caio PRADO JÚNIOR sempre tiveram, nos diferentes movimentos políticos deste século, mazelas com o Estado autoritário e com as diversas centralizações ou reducionismos do Estado democrático brasileiro, nunca podendo, seu pensamento ou produção intelectual assumir ou ser assimilada como uma concepção crítico-representativa da consciência da época.

Sempre, ao contrário, prevaleceu na tradição curricular do Estado Novo (1937-1946), na Reforma Capanema dos anos 40 e nas Reformas Tecnicistas (1961-1971), uma redução da história como análise crítica e uma mera

explicitação da mesma como equipamento legitimador do pacto de poder dominante. A história dos militares era uma história de datas célebres e representações cívico-patrióticas, exaltação de patriarcas e de feitos heróicos dos senhores, em momentos despidos de processo econômico-político. Uma história ufanista e propagandista do regime, a ponto de ser reduzida, pela legislação dos anos 70, a uma “Licenciatura Curta em História e Geografia”, denominada institucionalmente de *Estudos Sociais*, o que justificaria sua redução como carga horária na trajetória do Ensino Fundamental e Médio, contraditoriamente, a ampliação da carga horária das matérias físico-quantitativas ou biológico-descritivas, próprios daqueles que não têm interesse em uma sociedade que tenha memória e conhecimento de si e da realidade histórica e política.

Todavia, ainda marcada pela matriz teórica dos anos 80, a concepção que prevalece na década de 80, na Universidade brasileira, é a de crítica ao Marxismo e a suas possibilidades explicativas do real. A queda do muro de Berlim, em 1989, e as constantes e diversas críticas ao Estado soviético e decadente estalinista, consubstanciam na Europa, o que nós entendemos como as epistemologias pós-estruturalistas, que justificam uma busca de novos campos historiográficos e investigações metodológicas diversas, daquela marcada pela análise estrutural do Marxismo, ou até do positivismo Marxista.

O pós-estruturalismo reivindica a análise do descontínuo, do pontual, do tópico e do fragmentário, e vimos destacar-se no Brasil, uma concepção de história também pós-estruturalista, capaz de criticar toda a teleologia, criticar toda a abordagem sistêmica, por uma inovação metodológica que privilegia o pontual, o social, o cultural, o tópico, o fragmentário, até sob a pecha de que,

nesta crítica estaria a superação do Marxismo, enquanto ciência totalitária ou totalizante.

Paul VEYNE, Michel FOUCAULT, Philippe ARIÈS e tantos outros, a partir de Marc BLOCH inauguram a nova história que pretende novos campos historiográficos e novos temas ideológicos e culturais para explicitar a história. Decorrente dessa interpretação pós-estruturalista, predominou na Universidade brasileira, uma produção teórica e metodológica que privilegiava a análise da cultura e da ideologia, com procedimentos emergenciais de grupos sociais. A concepção Marxista, centrada na análise econômica, perdeu terreno, foi duramente criticada como autoritária ou superada, prevalecendo uma exaltação da nova história e de seus processos epistemológicos e políticos.

Hoje o debate sobre história e historiografia atual pode ser resumido num cenário de quatro tendências epistemológicas e historiográficas:

a) A tendência tradicional positivista – como aquela que mantém-se vinculada à tradição de conceber a história explicativa dos fatos congelados entre si, numa dimensão evolucionista e linear.

b) A tendência da história como processo, de base Marxista ou crítico-dialética – configura a segunda vertente epistemológica e historiográfica, a privilegiar as vanguardas pensantes e os movimentos sociais vinculados a tradição de marcha do proletariado revolucionário.

c) A Concepção epistemológica pós-estruturalista ou pós-moderna que privilegia o fragmentário, o pontual, e as análises sócio-culturais de grupos sociais resistentes ou emergentes.

d) A Concepção pós-moderna – e, por último, uma abordagem da história, reduzidamente pós-moderna, com exaltação do individual, do subjetivo, do literário, na radicalização pós-moderna, anti-epistemológica e anti-historiográfica.

Estas quatro tendências subsistem e ecletizam os próprios, em formas muitas vezes pontuais de justaposições, e em dados momento históricos apresentam-se como alternativas ou contraditórias entre si.

CAPÍTULO II – A HISTÓRIA E O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS 80: CONTRADIÇÕES, PERSPECTIVAS E PRODUÇÕES REAIS.

No presente capítulo, pretendemos discutir, centralizadamente, os anos 80, seu contexto e significação para a realidade cultural e política no Brasil.

Num segundo recorte, buscaremos identificar as concepções dominantes de abordagem da ciência da história, na tradição cultural educacional brasileira.

E num terceiro momento, identificar a concepção de história tradicional e suas possibilidades de mudanças, na trajetória curricular do ensino médio, neste momento.

2.1. O contexto do Brasil nos anos 80.

Podemos dizer que a década de 80, considerada pelos economistas como a “década perdida”, foi para o Brasil a consolidação institucional do processo de democratização. Nesta década, as “Diretas Já”, ressoando os ecos da luta pela anistia e pela redemocratização, a luta por uma nova Constituição, os amplos movimentos sindicais contrários ao arrocho econômico, processo inflacionário e as determinações sempre do Estado em garantir os interesses das camadas dominantes, fazem com que esta década seja considerada a “Década da Cidadania”, construindo um novo pacto jurídico-constitucional, um novo espectro social e uma nova matriz política para o Estado brasileiro, neste momento.

SAVIANI²³ afirma que a década de 80 consolida a transformação de um regime autoritário num processo democratizante capaz de desencadear novos agentes sociais na direção de suas finalidades políticas.

A década perdida economicamente tornou-se a “Década da Cidadania Social”. Muitas das mudanças econômicas e políticas passadas pelo Brasil refletiram-se também na estrutura organizacional curricular, na legislação, na formação de professores e no papel da escola. As expectativas sobre Educação e a Escola neste período, ampliaram-se de maneira nunca vistas.

Já a década de 80 apontava o esmaecimento e a superação das leis tecnicistas que regeram o Brasil durante os anos 60-70. Muitas reformas educacionais pontuais no estado de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e outros tantos, Unidades da Federação, apontavam novos enfoques curriculares, novas perspectivas para a carreira docente, novas formas de avaliação e muitos movimentos identificavam um novo cliente para a escola pública brasileira, a criança, herdeira das tradições populares, sempre excluída dos procedimentos escolares anteriores.

Nesta direção, a educação criada pelos militares definida como “Educação Compensatória” dava lugar a diferentes exigências sociais e sindicais e uma escola cidadã voltada para a crítica da seletividade e para a exclusão que proporcionava as formas tecnicistas de ensinar, para uma escola voltada para os interesses para as maiorias populares que lhe emprestavam identidade.

²³ SAVIANI, op.cit, 1995.

Muitos movimentos de mudanças curriculares foram assimilados pelos estados e inovações diferenciais apontavam a superação ampla pela história dos espectros jurídicos do tecnicismo anterior.

Em São Paulo, um amplo movimento vinculado aos professores da APEOESP reivindicava a reintrodução da Filosofia no Ensino Médio, a ampliação da carga horária de Sociologia e de Psicologia, a crítica profunda da História e Geografia como Licenciatura Curta, e a ampliação das possibilidades de uma educação conscientizadora que viesse a superar o determinismo curricular da legislação anterior.

Nesta direção, muitos agentes sociais assumem papéis diferenciados nesta luta ideológica. Os órgãos representativos de professores denunciam a ideologia do livro didático, o processo avaliativo excludente, a formação tecnicista do professor, a determinação da escola aos interesses do mercado de trabalho que exigem uma escola cidadã, democrática, pública, de qualidade, com conteúdos curriculares inovadores, capazes de dar conta da formação plena e cidadã das amplas maiorias excluídas.

O alvo máximo desta luta deu-se na exigência social de uma “Nova Lei de Diretrizes e Bases” protocolada, pelos educadores brasileiros, no início da década de 80, a transcorrer como um processo jurídico, legítimo das aspirações da sociedade brasileira como um todo e dos circuitos educacionais especificamente.

Manobras jurídicas e oportunismos institucionais fizeram com que, a LDB protocolada fosse substituída por um Projeto de Lei, do então Senador Darcy Ribeiro, criando uma “Lei de Diretrizes e Bases” minimalista, liberalizante,

voltada para os interesses privatistas de inspiração neo-liberal da educação na década seguinte.

Todavia, esta década, na vigência dessas lutas, o ensino de História passou a ser um dos campos de atuação de educadores, pesquisadores e críticos. A legislação tecnicista que diminuía a identidade política do ensino de História, substituindo-a por uma compreensão burocrático, formal e ufanista, criando disciplinas como a “Educação Moral e Cívica” e a OSPB (Organização Social e Política Brasileira) vê-se acuada tanto pela crítica dos pesquisadores, quanto pela ineficiência desses conteúdos doutrinários na formação do aluno do Ensino Primário e Médio.

A tradição tecnicista e autoritária, não encontra eco em educadores, no tempo histórico democratizante, sendo absolutamente superada pelas novas formas de ensinar História, ainda sem um perfil epistemológico e político definido nesta década.

De um lado, as escolas progressistas passam a assumir textos e conteúdos sobre História, não mais nas tradições curriculares determinadas pelo MEC, mas em autores considerados críticos e marginais ao sistema. Textos de Florestan FERNANDES, Celso FURTADO, Sérgio Buarque de HOLANDA, Fernando AZEVEDO, Nelson Werneck SODRÉ, Leôncio BASBAUM, passam a tomar corpo na tradição no Ensino de História no Ensino Médio.

Podemos dizer que a extensa privatização do Ensino Médio também vigente e vitoriosa nos anos 80, como cursos livres vinculados a trajetória didática na aprovação dos vestibulares, em decorrência dos movimentos nas Universidades Públicas passam a assumir conteúdos inovadores e progressistas,

como condição fundamental para a sobrevivência desses cursos e possibilidade de aprovação em universidades mais avançadas.

O Vestibular da UNICAMP, transformado em 1987 num vestibular descritivo, dissertativo, reflexivo e formal, e não mais composto somente de questões de múltiplas escolhas, obrigava os cursinhos livres e colégios da região, a assumir uma concepção de História como trabalho, como a História como sociedade, a História como processo político, abandonando de vez, os temas ufanistas e reivindicativos dos interesses das camadas dominantes, anteriormente praticados.

A Educação Moral e Cívica e a OSPB foram plenamente abandonadas nos cursinhos, dando lugar a cursos alternativos de Filosofia, Humanidades, Ética, Cidadania, ampliação de carga horária de Literatura e preparação crítica para o sucesso reflexivo nos vestibulares de então.

Podemos perceber que, novos paradigmas do Ensino de História e Geografia, como Ciências Humanas como um todo, pululam em escolas do Ensino Médio, a exigir do Estado, juridicamente responsável pela sua densidade e coesão institucional, um novo papel e uma nova representação.

2.2. A História em um País sem memória: cultura da dominação.

A crítica à História tecnicista, a Educação Moral e Cívica e OSPB correspondeu um movimento radicalmente inverso, a uma análise crítico-dialética e ufanista da História dos movimentos sociais e políticas. A História como organização do trabalho, a História como organização da cultura e a

História como organização da sociedade disputavam um estatuto epistemológico e uma identidade na estrutura curricular do ensino médio. A polêmica historiográfica e epistemológica presente na universidade, transfere-se palidamente para os novos livros de História e as novas abordagens presentes no ensino médio.

Alguns textos apontam sempre, como agente social transformador, a classe operária em sua luta na direção do Estado e do poder, quando retratam a trajetória do Brasil. Outros acentuam aspectos culturais do índio e do negro e buscam identificar nesses aspectos elementos ideológicos e sociais sem, todavia, atualizar a análise num processo econômico determinado ou numa direção política identificada como revolucionária ou progressista.

Vimos triunfar, na trajetória do ensino médio brasileiro, diversas e diferentes abordagens da História, quase sempre aquelas que, tornavam-se eco da dificuldade que o tempo proponha para entendimento de sua própria contradição, identificado com sua realidade intencionada naquele momento.

O estado de São Paulo, em sua posição ideologicamente avançada, e pelas formas de organização dos educadores e legisladores, e da produção editorial que acaba influenciando todo o país, tem uma trajetória que repercute amplamente essas dissensões e obstáculos.

De um lado, um Estado centralizado e autoritário que buscava identificar na História um reducionismo da compreensão do tempo, dando-lhe um estatuto de uma ciência empírica contábil, corresponde a uma ampla produção crítica, na universidade, nos cursos de Pós-Graduação e nos cursos de formação de educadores, tanto no ensino de História como de Educação, questionando a

História tecnicista, a História militarista, a História messiânica e a História libertária presente nos livros de então.

Todavia, a despeito desta crítica, os autores que são alocados para justificar e legitimar esse processo, têm diferentes tradições epistemológicas e diferentes fontes historiográficas, indo de ERIC HOBSBAWN a Michel FOUCAULT, passando pela apropriação de textos tanto daqueles oriundos do estalinismo mais conservador, quanto aportando em autores pós-estruturalistas como PHILIPPE ÀRIÉS, de base sócio-psicanalítica centrados em GUATTARI, DERRIDA ou LACAN e outros tantos que estudam, tanto o conteúdo da História, como a ação cultural, existencial do indivíduo em sua totalidade.

A essa polêmica não corresponde uma hegemonia dessa ou daquela tradição, sendo que, nos anos 80, a História ocupou grande parte da investigação dos pesquisadores sem uma hegemonia e um perfil próprio.

Por um lado, temos cada vez mais a superação da concepção tecnicista-burocrático-militar, a ebulição de produções pontuais e interpretações da História como luta política, a História como trabalho, a História como cultura, sem constituir uma tradição que desse à compreensão Marxista da História, uma hegemonia desse movimento.

Com a década de 90, veremos triunfar nos circuitos planejadores do Brasil, um conjunto de idéias oriundas da análise da Social democracia Européia influenciando amplamente tanto a frustração da LDB democrática, popular, protocolada pelos educadores dos anos 80, dando lugar ao oportunismo da LDB consentida, através do projeto do professor e educador Darcy RIBEIRO (1996),

quanto explicando ainda toda a trajetória da organização curricular que se sucedeu, na promoção dos parâmetros curriculares nacionais de 1997. O documento dos PCN's inspirado na tradição europeia social democrata apontam a uma cada vez menor influência do Estado, nas políticas curriculares escolares, e uma ampliação das possibilidades dos educadores e dos circuitos ideológicos regionais na produção desses constructos ou conteúdos curriculares.

Os PCN's inspiram-se na epistemologia pós-estruturalista e têm por força da composição de poder que justificam os atuais embargos burocráticos do MEC, com uma determinação, de cima para baixo, na organização da escola média brasileira, produzindo sugestões curriculares pontuais, sem a ampla e tradicional camisa de força que os ministérios possuíam sobre o ensino médio fundamental.

Ao mesmo momento em que flexibiliza a ação fiscalizadora e determinista do Estado, temos quase que uma transposição dos parâmetros curriculares espanhóis e seus temas transversais, para a organização curricular do ensino médio brasileiro.

O tema da “Transversalidade e descentralização” e “Hiper-textualidade” e outras formas de abordagem desta nova compreensão, tanto do currículo como de sua atualização modernizadora estão sempre radicados uma explicitação da ciência como explicação legitimadora da ação dos grupos sociais, organizam e circunscrevem uma crítica ainda que velada ao Marxismo, as explicações materiais e políticas da História, como aquelas que explicariam os processos amplos da sociedade, atualizando de maneira eclética e quase sempre numa

panacéia epistemológica, estados fragmentários e constructos e conteúdos culturais e ideológicos diversos.

Podemos dizer que, a História na abordagem dos parâmetros curriculares nacionais, não radica-se no tradicionalismo positivista, que justificava a abordagem dos militares na ditadura dos anos 80, nem é uma compreensão da História como um registro da consciência de classe do proletariado em marcha, para sua libertação.

A História dos parâmetros curriculares é o registro de grupos sociais e um processo de identidade cultural próprio, consubstanciando então, uma história como consciência social, ao mesmo tempo, *solipcista, egóica* (a ego-história) e voltada para o fragmentário pontual.

Essa história é a que triunfa hoje nas atuais tendências epistemológicas pós-modernas e é dela que decorre as influências maiores para a legitimação quase que emocional dos pesquisadores e de todos aqueles que se dedicam a análise da história como ciência nos atuais estudos de pesquisa no Brasil.

História oral, as novas fontes historiográficas, vinculações entre história e arte, história e cultura, cinema, imagem, a palavra, o depoimento tomam lugar das fontes primárias, do rigor empírico-analítico dos positivistas e da suspeita político-ideológica dos Marxistas.

A História passa a ser agora, o campo da fruição da subjetividade, dos grupos marginalmente excluídos ou então a dessublimação repressiva masoquista, dos que buscam fazer a contabilidade do sofrimento a que são sujeitos na sociedade capitalista atual.

Essa história, de base muito mais psicológica do que efetivamente política é que triunfa nos limites dos parâmetros curriculares atuais e da reforma educacional em curso, na realidade brasileira.

Por fim, importa-nos apontar algumas diretrizes, para o ensino de História na sociedade atual. De um lado, vimos triunfar um discurso pessimista que aponta o fim da História, simbolicamente representado na obra de FRANCIS FUKUYAMA ²⁴. Para este autor, o capitalismo triunfara vencendo o socialismo real, os nacionalismos fundamentalistas porque seria capaz de colocar em todos os segmentos sociais de então a sua satisfação de consumo material, e uma justificativa institucional da possibilidade de inserir-se na sociedade de consumo de comunicação global.

A esta visão pessimista, para a perspectiva socialista e triunfante para o capitalismo real correspondem, também, os arautos no campo da esquerda, de uma nova onda, ou de uma nova possibilidade civilizatória circunscrita aos limites do próprio capitalismo.

ROBERT KURZ²⁵ e ADAM SCHAFF ²⁶ tornam-se novas versões ainda otimistas de que, o capitalismo haveria de realizar efetivamente a História, deixando aos socialistas e aos que não se adequaram ao capitalismo como tal, somente a possibilidade de reformas ou de correções pontuais na trajetória deste modo de produção.

²⁴ Fukuyama, Francis. *O fim da história.*, Companhia das Letras, São Paulo, 1992.

²⁵ Kurz, Robert. *O colapso da civilização*, Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1998.

²⁶ Schaff, Adam. *A sociedade informática*, Editora da UNESP, São Paulo, 1995..

Entendemos que, nem nos interessa o pessimismo descritivo de FUKUYAMA, nem nos interessa o otimismo romântico de Adam SCHAFF ou ROBERT KURZ. Torna-se mais que necessário retomarmos epistemologias e concepções políticas capazes de dar conta da ampla negação da vida, e da possibilidade de viver presente no capitalismo, para as amplas maiorias de trabalhadores.

Ao mundo do trabalho e ao mundo da cultura correspondeu uma opacidade, tanto na produção de seu sentido, como nas condições materiais de viver, quanto o autoritarismo da indústria cultural, que cega e deixa incapaz de realizar sua finalidade as maiorias alienadas dos amplos processos de humanização, para amplos setores e amplas classes sociais no Brasil e em todo o globo terrestre atualmente.

A capacidade comunicativa, a versatilidade da microeletrônica e as outras potencialidades da microbiologia, não estão postas para as amplas maiorias. Tornam-se veleidades como identificando um progresso esclarecedor e humanizador, não acompanhado de amplo progresso político e de ampla justiça social. A História redentora, com capacidade de consumo natural tornou-se um beco sem saída. Torna-se, mais do que nunca, necessário repensar a história do ponto de vista da dialética, da capacidade de resistência dos grupos sociais, da potencialidade orgânica de intelectuais de vanguardas sociais pensantes, capazes de decifrar a ideologia sobre a forma de indústria cultural, capazes de elucidar o senso comum, capaz de colocar-se junto aos amplos grupos sociais na direção da emancipação humana, ético-existencial e político-cultural, das amplas maiorias de nosso país.

Neste momento, ao final da década de 90 , as vésperas do terceiro milênio, é um momento profundamente desafiador. Não buscaremos no futurismo ufanista, subjetivista e neurótico, uma identidade para a história. Nem a encontraremos no deleite representativo e legitimador das camadas médias.

A história continua a reviver com sua novidade, nos lugares onde a opressão é mais densa, onde os grupos sociais encontram-se despossuídos da possibilidade humanizadora plena. Ali, onde o poder se faz explicação do real é que ela é plenamente anti-intelectualista e potencialmente revolucionária. Este é o homem, e esta é a identidade que pretendemos encontrar para o ensino de História.

2.3. História, Modernidade e Pós-Modernidade.

Não há como exigir de toda pessoa uma cultura histórica. Isto decorre das escolhas que fazemos. Mas não pode haver cidadania sem uma consciência histórica das coisas e dos fatos. Compreender a dinâmica da ação política do homem na sociedade e no tempo requer determinação e autonomia. Hoje, problematiza-se a Modernidade e a Pós-Modernidade como uma questão que define atitudes políticas frente ao mundo e à sociedade.

FENSTERSEIFER, questionando a Modernidade, citando SACARRÃO (1989), afirma :

“A sociedade burguesa, que se originou no meio da sociedade feudal, baseia-se numa visão mecânica do mundo e das coisas (a máquina é seu símbolo), visão que atinge seu auge no século XIX com a revolução industrial do maquinismo, servida e promovida pela

ciência, e que nas modernas sociedades industriais continua ainda em pleno desenvolvimento e expansão (...). É com a emergência da burguesia que segue o relógio mecânico, considerado por Max a primeira máquina automática aplicada a fins práticos, possibilitando a teoria da produção e da regularidade do movimento. Ele passa a ser o modelo de todas as máquinas e automatismos sociais, ultrapassando o âmbito da fábrica. Para a ideologia burguesa o mundo é movimento, é uma máquina, e, como elas, formado por um conjunto de peças. Para compreender o mundo faz-se o mesmo que a máquina – desmonta-se, desunem-se as peças e estudam-se separadamente. (Sacarrão 1989: 44)²⁷.

Sua conclusão acaba sendo modelar para a crítica que enseja: “O modelo explicativo mecanicista, o método experimentalista-dedutivista e a linguagem matematizante constituíram-se nos elementos da síntese epistemológica que caracterizou e, em boa medida, ainda caracteriza a racionalidade moderna(...)”²⁸.

Não podemos deixar de afirmar que o Marxismo, ou a concepção dialética da História, em outra polarização teórica e política, engendram uma resistência à idéia de que a Modernidade ou o paradigma moderno iluminista tenha sido historicamente superado.

A dialética passou por uma longa trajetória teórica, teve sua gênese mundo clássico grego com importantes expoentes ZENON DE ELÉA (490 –430) ou SÓCRATES (469-399) considerados fundadores da dialética, entendida como

²⁷ FENSTERSEFER, P. **A Educação Física na Crise da Modernidade**, Tese de Doutorado, FE-UNICAMP, 2000, p. 31.

²⁸ Idem, pg. 66.

arte do diálogo, de demonstrar uma tese por meio da argumentação capaz definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão. No século VI AC já afirmava-se o modo contraditório de compreensão de uma realidade em constante mutação.

No século XIX, HEGEL e FEUERBACH deram continuidade a dialética como método investigativo, sendo impossível pensar em MARX e sua obra sem a imensa contribuição de HEGEL, do qual é discípulo e posteriormente severo crítico ou mais amplamente da filosofia alemã, da economia clássica inglesa, e do pensamento socialista francês. É essencial frisar que a dialética para ser materialista e histórica não pode constituir-se numa doutrina, ou numa espécie de summa teológica. Não pode constituir-se em categorias não historicizantes. A dialética enquanto materialista –histórica tem que dar conta da totalidade, do específico, do singular, do particular, isto é, as categorias totalidade, contradição e mediação construídas historicamente. Nas análises da história do pensamento humano nos indica duas grandes linhas de construção filosófica, duas concepções de mundo uma metafísica e a outra dialética materialista.

A visão metafísica orienta os métodos investigativos de forma linear, *ahistórica*, lógica e aparentemente harmônica. Por essa perspectiva, ainda que com diferenças significativas de complexidade e alcance, incluem-se as abordagens empiricistas, positivistas, idealistas, ecléticas, e estruturalistas. Cada uma a seu modo estabelece representações sobre a realidade. Essas representações sobre a realidade não atingem as leis de organização desenvolvimento e transformações sociais. Essa concepção mais geral da investigação no interior das ciências sociais se apresenta sob o pressuposto de

que os fenômenos sociais se regem por leis de tipo natural e, enquanto tais, são passíveis de observação neutra e objetiva.

Esse pressuposto aplicado à pesquisa reduz o objeto de estudo a unidades individualidades, fatores ou variáveis isoladas, autônomos e mensuráveis. A segunda perspectiva, a materialista histórica, funda-se na concepção de que o pensamento, as idéias, são reflexos no plano da organização nervosa superior das realidades, leis dos processos que se passam no mundo exterior, os quais não dependem do pensamento, tem suas leis específicas, as únicas efetivamente reais, de modo que só compete à reflexão racional apoderar-se das determinações existentes entre as próprias coisas e dar-lhes expressão abstrata, universalizada que corresponde ao que se chama de idéias e proposições, quer teóricas quanto pragmáticas.

Sobre o tema do que seja a Pós-Modernidade JAMESON, analisando as diversas expressões do pós-modernismo na arte, conclui que *“há tantas formas diferentes de pós-modernismo quantos foram os modernismos canônicos estabelecidos, já que as primeiras, ao menos inicialmente, são reações específicas e locais contra esses modelos”* (199:26). Essas manifestações provocam também um esmaecimento da distinção, tão cara aos meios acadêmicos, entre a alta cultura e a chamada cultura de massa ou popular. Outra “vítima” desse esmaecimento foi a fronteira entre os diversos discursos (filosofia, história, teoria social, etc.), dando origem ao chamado “discurso teórico”, manifestação do pós-modernismo (1993:26-7).

Quanto ao uso adequado ou contraditório da ampla significação que assumiu a extensão do conceito, diz *Jameson*,

“Ele não é apenas mais um termo para descrever um estilo específico. É também, pelo menos tal como o emprego, em conceito periodizante, cuja função é correlacionar a emergência de novos aspectos formais da cultura com a emergência de um novo tipo de vida social e com uma nova ordem econômica – aquilo que muitas vezes se chama, eufemisticamente, de modernização, sociedade pós industrial ou de consumo, sociedade da mídia ou dos espetáculos, ou capitalismo multinacional (1993:27).”

Nesta arbitrariedade volátil de todos os paradigmas, na qual esta mobilidade extrema do capital, do consumo, do sistema financeiro, nos leva a imaginar que não há centro, tudo é fragmentado, tudo é desconstruível, tudo é instantâneo, tudo é efêmero, tudo é volátil, só existe a intertextualidade, a heterotopia, ou seja, o pós-modernismo não é senão a tradução, em termos conceituais, com pretensões epistemológica, ontológica e artística, desta acumulação flexível do capital (Chauí, 1992:35).

A idéia de que a pós-modernidade significa o acaso, significa arrebentar com todas as idéias, significa assumir a postura de marginalidade, certamente isto é uma ilusão. É uma ilusão que projetamos com o luto pelo qual passamos, para dentro da realidade. Efetivamente, nada mudou no mundo no sentido radical. O desafio para uma construção racional da sociedade, para uma reflexão racional sobre a história, este desafio continua o mesmo. No entanto, gerações durante 30, 40, 50, 70 anos sonharam com um tipo de solução que se procurou estabelecer concretamente através de muitos meios e mediações muitas vezes

duvidosas e estas gerações estão desencantadas e passam este desencanto para seus filhos, seus netos (**Stein**, 1993:52-3).

Assim, nesta trajetória de confronto e de conflitos, o suposto valor do “pós-modernismo” como teoria é refletir servilmente e, portanto, fielmente as tendências dominantes. Sua miséria é fornecer delas apenas simples racionalizações por trás de uma apologética pretensamente sofisticada, mas que não passa de expressão do conformismo e da banalidade, *digerindo-se agradavelmente com os discursos fúteis, tão em moda, sobre o “pluralismo” e o “respeito da diferença”, o “pós-modernismo” deságua na glorificação do ecletismo, na recuperação da esterilidade, na generalização do princípio do “tudo o que funciona é válido”, tão oportunamente proclamado por Fayeyrabend em outro domínio, sem sobra de dúvida, a conformidade, a esterilidade e a banalidade, o “tudo bem” são traços característicos desse período* (**Castoriadis**, 1992:25).

É ainda FENSTEISEIFER que nos ajuda a entender este movimento ao afirmar:

*“A pós-modernidade, na visão de Maffesoli, é um campo de vivências lúdico-afetivas, de sociabilidade conflitiva, de disputas e diferenças, de relativismo e éticas tribais, no sentido do reconhecimento da legitimidade dos particularismos no contexto das nações, e um investimento nas pulsões vitais. A modernidade pressupõe a unidade final a partir do dualismo presente. A pós-modernidade é barroca, sincrética, politeísta e permeável ao equilíbrio de antagonismos (a, **Silva** 1993B:17-8).*

Na moldura pós moderna, o pensamento conservador rejeita a modernidade cultural em nome de valores pré-capitalistas, ao mesmo tempo que defende a modernidade social. Os pós-modernos críticos rejeitam a modernidade cultural porque a razão iluminista seria um simples agente da dominação e rejeitam igualmente, a modernidade social, lugar da repressão política e econômica (**Rouanet**, 1987:219).

Fortemente apoiados nesta perspectiva de negação de quaisquer reducionismos e com uma acentuada rejeição de toda racionalidade objetiva ROUANET nos instiga a pensar:

“Depois de Marx e Freud, não podemos mais aceitar a idéia de uma nação soberana, livre de condicionamentos materiais e psíquicos. Depois de Weber, não há como ignorar a diferença entre uma razão substantiva, capaz de pensar fins e valores, e uma razão instrumental, cuja competência se esgota no ajustamento de meios a fins. Depois de Adorno, não é possível escamotear o lado repressivo da razão, a serviço de uma astúcia imemorial, de um projeto imemorial de dominação da natureza e sobre os homens. Depois de Foucault, não é lícito fechar os olhos ao entrelaçamento do saber e do poder. Precisamos de um racionalismo novo, fundado numa nova razão (Rouanet, 1987:12).

Tal determinação ou atitude não significa aceitar uma pessimista crise da razão histórica, entendida como a forma de triunfo da hegemonia burguesa, mas somente seria possível pensar um mundo e uma realidade onde a cultura, o

poder e a ciência estariam determinados por diretrizes de pluralidade e participação de todos.

Assim aponta GIROUX:

“A diferença e o pluralismo (...) não significam reduzir a democracia à equivalência de interesses diversos; pelo contrário, está-se argumentando em favor de uma linguagem na qual as deferentes vozes e tradições existam e floresçam, a ponto de escutar as vozes dos outros, que se envolvam num esforço contínuo para eliminar formas de sofrimento objetivo e subjetivo e que mantenham aquelas condições nas quais o ato de comunicar e viver amplie, em vez de restringir, a criação de formas públicas democráticas. Esse é tanto um projeto político quanto pedagógico, um projeto que exige que os educadores combinem uma filosofia pública democrática com uma teoria pós-moderna de resistência (Giroux,1993:65-6).

Esta utopia é o horizonte de uma História verdadeiramente democrática. Para que possamos entender a realidade da História, neste alvorecer do terceiro Milênio, resta como *conditio sine qua non* a tese, assumida em sua totalidade, de que a realidade é maior do que os métodos, formas ou determinações epistemológicas fixas. Prevalece a afirmação da realidade dinâmica da ação do homem no mundo, na produção de sua materialidade e na simbolização de suas principais representações.

***CAPÍTULO III - A CONCEPÇÃO DIALÉTICA DA HISTÓRIA:
PARADIGMAS DA ARTICULAÇÃO DE UM MÉTODO DIALÉTICO NO
ENSINO DE HISTÓRIA.***

Colocada a problemática de uma dissertação que deva seguir um problema central para a defesa de um ponto de vista, concretamente se põe a composição contenedora da teoria e metodologia que deram forma à essa reflexão sobre o ensino da história. Esta investigação pretende expor uma teoria explicativa do ensino da história enquanto prática pedagógica em um determinado contexto histórico-social.

A realidade teórica e metodológica da abordagem do ensino da história desdobrou-se, nestas duas últimas décadas, num leque de múltiplas opções. É prova desta diversidade o conflito permanentemente debatido, existente na raiz do conceito da ciência da História, não raro embutindo na discussão da neutralidade do cientista diante do fenômeno estudado. Essa idéia é igualmente controversa e conflitiva por assinalar o princípio da pesquisa científica num campo apolítico. Afirmar que determinada forma de prática do ensino da história é alienante não significa incriminá-lo, diminuindo-o. É antes constatar a sua efetiva presença ou afirmação da prática pedagógica e da estrutura social circundante. O princípio postulado é o de que educar é preparar para o rompimento e nesse sentido, no campo educacional deve sempre que possível considerar que também pode ocorrer o “rompimento” ou a “salvação” do sujeito histórico. Isso tem sido feito sob a ótica de um método considerado científico.

Essa colocação impõe duas realidades. A primeira é concernente ao modelo de ensino mais direta e concretamente adequado à realidade social, a conscientização e formação de uma cidadania plena, enquanto manifestação e *praxis* educativa.

Está posto, pois, que a discussão ideológica permeou o debate científico por muito tempo. Nesse debate a crítica burguesa creditou à análise Marxista da

sociedade e da educação um caráter totalmente “ideologizado”. Para esses contestadores do método “oficial”, o educador cooptado pelo sistema capitalista era neutralizado na sua visão do problema, tanto quanto o operário alienado.²⁹

No quadro teórico interpõe-se o método dialético utilizado na análise da sociedade por Karl MARX. Teoricamente, o referencial Marxista propõe uma leitura da alienação enquanto assimilação, reprodução de uma concepção ideológica. Coloca-se que o quadro do ensino da história é caracterizado pela multiplicidade e convivência de métodos. Isso ocorre também com os dialéticos fundamentados na herança do materialismo histórico.

É hora de uma discussão sobre a importância do método dialético diante do fato de que os métodos científicos elaborados e utilizados pelo liberalismo e positivismo assentaram-se também em princípios ideológicos.

O problema colocado então é o da possibilidade de um tratamento neutro da ciência sob a ótica dialética. É com tal método que procurará analisar - se o nexo de conteúdo entre o ensino da história e a alienação, discussão esta concreta ao redor processo de construção do conhecimento.

Os fundadores do Marxismo não são vistos como ideologicamente neutros no tratamento das questões históricas. Assim, no que diz respeito às injunções teóricas, o tema das concepções da história, trataremos em aporte metodológico dialético, na perspectiva do Marxismo.

A estrutura do trabalho tem o seu *corpus* de investigação centrado na reflexão sobre o ensino da História na década de 80, momento de importantes transformações, marcada por incertezas, mudanças e proposituras de novos paradigmas. Por ter optado pelo raciocínio dialético, e diante da nomeada crise do socialismo real, aliada e cerne da mesma crise que é a dos paradigmas

²⁹ Jay, Martin – **La imaginación dialética: una historia de la escuela de Frankfurt**, Madrid, Taurus : 1986 (coleção ensayistas , p112 .)

inerentes ao ensino da história, tornou-se obrigatória uma revisão em torno do mesmo, na sua versão mais avançada, a analítica. A opção pela metodologia dialética implica também assumir que *“... toda iniciativa analítica comparativa, pressupõe um princípio coletivo, porque qualquer afirmação induz a uma negação. Por resultado, sobressai a convicção de que a formulação do negativo ganha tanta importância quanto as correias acadêmicas.”*. A afirmação no sentido de captar a sua negação conota o raciocínio dialético. A idéia da comparação dos fatores da realidade se torna um caminho pavimentado para a extração da realidade histórica e da compreensão dos paradigmas do ensino e as incertezas do educador na área de história.

À consciência do educador coloca-se considerar quando muito, uma aproximação máxima possível com a verdade. E esse esforço certamente nem sempre tão aparentado com a realidade expressada pelos conteúdos programáticos o professor trabalha com a idéia de proximidade da verdade, cujo conteúdo expressa a idéia de relatividade da ciência necessária a uma formação crítica. Mas também, por isso não menos acrescido das dificuldades que cercam tal temática.

O ensino da História é talhado a partir de uma realidade educacional. É impossível uma afirmação sem a correspondente negação. Um raciocínio oposto significa que se poderia pretender exercer o direito de se analisar a realidade científica considerando somente um lado da questão. Isso é importante na medida em que mostra o rosto do método dialético. Insistir no contrário implica o risco de cair num vazio. Referencialmente se desconsiderado o aspecto dialético, a validade de sua permanência invalidaria a sua presença dentro da tradição do Marxismo. Essa fraude, o uso de conceito desgastados e superados, ocorre a muitos outros conceitos relativos ao problema que envolve a escola Marxista nos dias atuais. Uma tentativa de subtração do método dialético, enquanto aporte científico, significaria um retorno ao estado natural do fim do século passado. Seria a preeminência do Positivismo das ciências esvaziando a competência de uma análise crítica da realidade.

Pelas pistas já levantadas, conclui-se que este final de século 20 está inserido num rico debate teórico e metodológico. Seu conteúdo é marcado pela pluralidade, elemento em si também denunciador da eventual superação do paradigma metodológico. Daí também o desdobramento que atinge o aporte dialético, tomado como metodologia, incluído que está na discussão onde se representa através do enfoque analítico citado. Considera-se que a realidade observada, o conhecimento transmitido em forma de um saber universal, consolidado mantém a explicação histórica do movimento alienante captado pela razão dialética. Um dos problemas mais discutidos no âmbito do ensino é da ideologização. Tal controle não poderia ser feito se o educador estiver afetado por posições não neutrais. Se assim for, coloca em xeque o trabalho como educador. E é este o tema que a passamos a debater a seguir, como pré-condição para uma educação que contribua na luta contra a alienação no ensino da história e contribua na construção de uma cidadania plena, capaz de tornar-se sujeito de mudanças histórico-sociais.

Ocorre uma *desdogmatização* do paradigma que percorreu a modernidade. Por isso se estabelece mais de uma forma de fazer científico. E não se trata apenas do fato de que um objeto estudado o é feito sob várias óticas. Os aportes metodológicos, por exemplo, passaram a cobrar uma outra efetividade, explicações ímpares para os problemas.

Para o entendimento do ensino da história na década de 80 e seus paradigmas no contexto da sociedade, partimos de textos seminais escritos por teóricos do Marxismo. À época, diante do alvorecer de uma nova ordem da ciência, MARX e ENGELS, fundadores do socialismo científico, salientaram a alternativa de libertar a investigação científica e filosófica da visão idealista hegeliana.

A crítica burguesa toma o discurso dialético como inapto para captar a realidade social. Principalmente no que concerne ao discurso histórico reproduzido nas escolas e as múltiplas manifestações culturais, em suas várias

modalidades. E, no entanto, nada é mais palpável do que o escrito, o falado transformando a idéia em num material coerente. Esse posicionamento transformou o ensino da história num tipo de terreno minado pelo subjetivismo.

Ainda de foro humano é o esboço presente de um discurso ideológico a partir da própria comunicação humana. Ele sempre se fez em função de um interesse. Portanto, este sempre existiu. O discurso sobre o discurso, aquele que capta a essência do significado, é ideológico. Por isso propõe a crítica, independente da consciência de si. Isso implica a considerar uma determinada ausência de neutralidade. O quadro teórico desta reflexão apresenta em sua tela um enfoque que toma o ensino da história como referencial imediato.

Durante a modernidade, um modelo paradigmático norteou a produção científica. No entanto esse modelo entrou em crise, solapado por uma hermenêutica introdutora da dúvida. Trata-se do questionamento próprio do conhecimento produzido quando não, da forma de produzi-lo. SANTOS (1998) conota que a ciência pós-moderna deve ser entendida como uma forma de desdogmatização dos fundamentos engessados ao longo da modernidade. O fazer desse pensamento científico, baseado no empirismo, no racionalismo, depois santificado pelo positivismo, está mergulhado na transitoriedade.

Emerge uma hermenêutica da suspeição no lugar da hermenêutica, da dúvida. A estabilidade e a harmonia do antigo modelo foi contaminada em parte e depois no todo. A crise anunciada, independentemente dos seus pressupostos epistemológicos, mantém a discussão em torno da neutralidade. Aliás, o problema epistemológico tende a se fortalecer em épocas de crise da ciência. Em tempos serenos, viu-se isso durante a modernidade, o método científico termina por expressar uma confiança exacerbada que depõe contra o fazer correto da ciência, cuja produção do conhecimento pode entrar em crise quando então pode assumir dois aspectos básicos. Ou é uma crise de crescimento ou de degenerescência.

A crise de crescimento está associada a uma rígida disciplina, sempre exposta à oposição de novos conceitos básicos. Por outro lado, crises de degenerescência são globais, pois envolvem o paradigma e, portanto, todas as

disciplinas, métodos e conceitos e a inteligibilidade da ciência real nas quais estão imersas. O momento vive uma crise de crescimento. É marcado pela desconfiança contra o modelo existente. Tenha-se que um paradigma científico resolve relativamente, questões pertinentes ao sujeito e ao objeto. Tal processo se desdobra ao nível de valores, portanto, muito próximo dos desdobramentos ideológicos. Quando o paradigma não consegue resolver os problemas colocados, provoca a emergência de novas teorias e métodos sintomatizando um processo de ruptura e crise.

A idéia ossificada da auto-regulação e controle dogmático da produção do conhecimento vem arrefecendo nas últimas quatro ou cinco décadas. A volátil organização que personifica a realidade atual, altamente sensível, só permite que se a observe especulativamente. Mas mantém-se sua cientificidade incorporada no que diz respeito à realidade histórico-social. O aspecto rigidamente dicotômico, superpondo natureza *versus* sociedade, passou a perder o privilégio significativo sobre o caráter menos desenvolvido das ciências.

3.1 História, Educação e Ideologia.

O desencontro instalou-se durante o período pré-paradigmático e ganhou curso na modernidade. Agora, as ciências da natureza se aproximaram das ciências humanas e estas se tornaram ainda mais humanas. Esse rasgo de pós-modernidade encontra ferozes críticos. SCHWARTZ (04) ataca os intelectuais pós-modernistas afirmando que não sabem nada da ciência. Assume um posicionamento em prol da epistemologia clássica afirmando que a verdade é construída e não descoberta. O conhecimento na forma pela qual o pós-modernismo o propõe, o transforma em parte do problema e não em solução .

O educador FENSTEIRSEIFER, citando ROUANET, afirma:

“Os ingredientes deste projeto, expresso nos conceitos de universalidade, individualidade e autonomia, encontram-se ameaçados. A universalidade, significando a abrangência ao conjunto dos seres humanos, encontra-se ameaçada pela proliferação

particularismos nacionais, culturais, raciais e religiosos. A individualidade, traduzida pela consideração das “pessoas concretas” e que tem na individualização um valor ético positivo, sucumbe ao anonimato do conformismo e da sociedade de consenso. A autonomia, como capacidade de autodeterminação no plano do pensamento, da política e da economia encontra-se ameaçado no plano intelectual, pelo “reencantamento do mundo”; no plano político, pelos regimes ditatoriais ou pela encenação dos processos eleitorais; e no plano econômico, por manter marginalizada a grande maioria do gênero humano. Trata-se, conclui ROUANET, de uma recusa dos valores civilizatórios propostos pela modernidade, não havendo, por outro lado, um projeto que o substitua. Vácuo civilizatório a que ele chama barbárie (ROUANET, 1993:9-11).

A ideologia é um conceito colocado que pode ser encontrado ao longo da história da sociedade. Quando entra em cena a discussão sobre o conhecimento científico o conceito emerge como um tipo de sócio menor, mal visto. De outro lado, a questão dialética inverte essa proposição. Isso só conota que o caráter científico da história é embasado pelo elemento subjetivo que coloca em discussão a hipótese da neutralidade quando se a materializa numa forma de metodologia. A segurança quanto ao fazer científico, nesse caso, emerge dos princípios mesmos da razão. É esta que permite o conhecimento de qualquer campo, desde que sistematizada. O processo metodológico na aplicação da apuração do conhecimento concretizou-se numa lógica dedutiva para as ciências racionais. As ciências empíricas organizaram-se com uma lógica indutiva. O campo de trabalho da ciência está desconectado das relações “materiais” representados pelos objetos. Essas relações são representadas por conceitos que exprimem o conceito do problema. Por isso, ARIËS aduz que o conhecimento científico parte de algumas premissas de caráter subjetivo,

hipotetizados a partir de elementos da realidade que demonstre alguma relação ainda que indireta com o objeto. Esta é uma premissa apriorítica da Nova História. Com este problema, voltamos sempre ao debate sobre a Ideologia e o papel ideológico do pensar e fazer a História e suas representações.

O conceito de ideologia foi empregado inicialmente pelo francês DESTTUT DE TRACY, ao final do século XVIII, designando a “ciência dos fenômenos mentais”. Na sua raiz pode ser pinçada a filosofia materialista de D’HOLBACH e HELVETIUS e o sensualismo filosófico de CONDILLAC. NAPOLEÃO cunhou o epíteto pejorativo referente aos *ideólogos*. O conceito da ideologia nasceu sob o signo da polissemia. Sintomaticamente emerge num momento marcado pelas conturbações sociais também polissêmico entre transição e ruptura decorrente das revoluções burguesas e as lutas sociais dos trabalhadores do século XIX.

Em *MARX* a noção de ideologia designa a “falsa consciência” na medida em que os sujeitos vêem a realidade social deformada. Tal problema acarreta uma visão parcial ditada pela posição que ocupam na estrutura de produção. Os proletários desenvolveram teorias sociais, ou em seu nome, opondo-se aos burgueses. Nesse aspecto, ideologia sintetiza a oposição à falsa consciência na medida em que esta se afasta da genuinidade da ideologia Marxista.

O amplo mapa da discussão em torno da ideologia denota o seu significado para as ciências sociais. Pode designar muita coisa, desde uma atitude até um conjunto de crenças voltado para a ação. Enquanto atitude contemplativa desconhece sua dependência em relação à realidade histórica. Enquanto ação pauta-se pela intervenção no meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as idéias falsas que legitimam o poder dominante.

Enquanto tarefa crítica, a ideologia tem a função de discernir a necessidade oculta no que se manifesta como mera contingência. Entre os exemplos a serem incluídos como processos geralmente reconhecidos como “ideológicos” inclui-se o da perenização de alguma situação historicamente

limitada. Aplica-se também no discernimento de uma contingência, uma necessidade superior. Entre os exemplos possíveis de serem alinhados estariam então o da fundamentação da dominação masculina na natureza das coisas até a concepção da Aids, como suposto fruto da pecaminosidade da sociedade atual .

Aparece entre as funções da ideologia o intuito ou objetivo de explicar as origens do real. Nesse labor objetiviza a causa externalizando-a e por isso livra o sujeito histórico de sua responsabilidade. Quando visto um processo ideologizado há que se considerar haver no seu inverso igual equivalência, não menos ideológica. Assim atribuir a um método de investigação a idéia de que é *ideológico* equivale dizer também que há uma outra metodologia igualmente ideologizada. O problema conota a extensão da eventualidade da neutralidade da ciência. Se, de acordo com a lógica dialética, a afirmação contém em si uma negação, a prova da realidade de uma tese acaba sendo desmentida ou provada pela negação. De outra forma isso levanta a discussão sobre se a ideologia é filha da ilusão.

A detecção de que uma ideologia não é necessariamente falsa está ligada ao modo como o conteúdo é relacionado com uma postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação. No bojo do espaço ideológico o conteúdo verdadeiro ou falso, é funcional com respeito a alguma relação de dominação social, considerando-se o poder e a exploração. O ponto de partida da crítica da ideologia é o de que é muito fácil mentir sob o disfarce da verdade. DUCROT argumenta que não existe conteúdo descritivo neutro porque em última análise os *“próprios predicados descritivos são gestos argumentativos reificados e aparentemente naturalizados”* .

Em KARL MANNHEIM (embasado na teoria Marxista) o termo passa pelo conceito de *intelligentsia flutuante* na sua relação com as “diferentes classes que constituem a chamada “estrutura social” . Para Lênin, o termo ganha uma conotação positiva na medida em que a ideologia é parte dos recursos utilizados pelos trabalhadores contra a burguesia. O conceito aparece raramente em DURKHEIM, WEBER e PARETO. Para os clássicos, o conceito emerge diluidamente num contexto generalizado na forma de um fenômeno das

crenças. Seria então uma “espécie do gênero constituído pelas crenças”, um problema muito mais de grau do que de natureza .

A partir dos anos 60 emergiu um prolongado debate em torno da questão do fim das ideologias. Crise desestruturante do fascismo, recomposição econômica das sociedades ocidentais industrializadas, anunciavam a ascensão de tecnólogos para substituir as doutrinas revolucionárias. Seria o fim das ideologias, fato este contestado por MÉSZÁROS. O próprio BOUDON coloca que se pode contestar esta idéia de fim das ideologias porque a complexidade que envolve a problemática da troca ou da supressão da mesma, apenas acaba mantendo-a na berlinda.

A função maior exercida pela crise em torno dela foi o de justificar os valores fundamentadores da ordem social e o seu consenso. Isso é válido para as sociedades que superaram a ordem pré-capitalista. E isso torna discutível a própria ordem social. *“A existência dessa função é suficiente para tornar duvidosa a tese evolucionista, recorrente a partir de MARX do fim das ideologias.”* Mesmo em se considerando os momentos de consenso social, em que o perito técnico supere os efeitos das declarações proféticas ou as análises críticas intelectualizadas de oposição a um sistema, o consumo da ideologia nas rodas do poder é um fato concreto. Assim, é *“grande a probabilidade de o perito ver-se tentado a apoiar sua ação e sua autoridade em “derivações” ou “teorias” que legitimem os passos “científicos” para a reforma social.”*

O exemplo mais imediato foi o surgimento, na França, de uma idéia de “democratização” das relações de trabalho, substituindo a idéia de uma “luta de classes”. Para BOUDON, há uma influência da “teoria dominante das ideologias”, a teoria irracionalista, marcada pela “difusa e autoritária influência da teoria clássica do erro”. Em resumo, BOUDON assinala também, descrever da tese “sobre o fim das ideologias”, haja vista que estas decorrem de mecanismos sociais simples, “banais”, como diria DURKHEIM, “normais”. As ideologias se assemelham a cogumelos nas florestas estando sempre prontas a emergir depois das chuvas .

Transposta a discussão para o campo da neutralidade da ciência, ao nível do ensino da história, pode-se afirmar não ser pequena a cumplicidade entre individualismo metodológico e a ideologia liberal. Se puder atrair uma conceituação comparativa entre espírito e necessidade de neutralidade do fazer científico, o irracional é apenas um sinônimo neutro para os adjetivos, sem selo. O sentido de irracional, tomado na ótica weberiana, informa que como pretendido, ao se referir ao homem, há que se considerar que antes de tudo ele é irracional no sentido de as forças que o circundam ao mesmo tempo o ultrapassam e escapam.

Ao se colocar o problema do individualismo metodológico há que se mencionar o seu conteúdo interpretativo. BOUDON considera quatro aspectos ou modelos paradigmáticos. Um, o individualismo metodológico de tipo racional e utilitarista. Neste caso as ações do professor /educador são individualizadas e de seu interesse privado. Mas, há um tipo racional, mas não utilitarista, também de iniciativa individual cuja forma representa um sentido para o ator social, algo ou valor, no qual acredita. O individualismo metodológico que toma o indivíduo como átomo da análise garante ao ator social um inconsciente dotado de eficiência causal é determinante do comportamento do ator, sendo ele mesmo determinado por forças sociais.

Finalmente, um *holismo* metodológico que é recusador da tese de que o indivíduo seja o átomo da análise que coloca as variáveis definidas a um nível supra-individual. Tem, pois, um valor heurístico, a problemática que se coloca atualmente à ideologia esbarra também na questão da crise paradigmática. Isso porque o paradigma moderno não firmou um modelo de fazer científico. Emergem vários métodos, o que é próprio de uma ciência preocupada em captar a relação do homem em sociedade. O que ocorre é que mais do que nunca, a sociedade em sua complexidade passou a ser estudada com óticas variadas e os aportes metodológicos passaram a cobrar uma outra efetividade, vale dizer, o lado mais profundo dos problemas sociais no seu todo, com muito mais profundidade, quem sabe, com a real veracidade que esta necessita. Isto nos remete ao estudo das relações entre a concepção de História e o Marxismo.

3.2 *Marxismo e História.*

Dentro do Marxismo, o conceito e a posição dessa corrente à respeito da questão começa obrigatoriamente com Karl MARX. Mas em verdade, MARX simplesmente só retomou o conceito de ideologia. Para ele o termo funcionava como um conceito pejorativo. Implicitamente destacava o fator ilusão referindo-se a uma deformidade da realidade proporcionada pela consciência. O canal para isso era instrumentalizado pela ideologia dominante, pois as idéias das classes dominantes são as ideologias predominantes na sociedade como um todo.

Nas ciências humanas há um questionamento quanto ao conceito de ideologias dominantes. Este é o primeiro sintoma de uma inquirição sobre a possibilidade de se falar em “neutralidade axiológica” considera até “estranho” que um “estudioso do pensamento social” se apresente para combater o conceito de ideologia e que sejam os críticos os primeiros a fazê-lo. Um educador apresenta uma somatória de informações cujo composto evidencia sua comprobabilidade ao sujeitá-la à ótica de leitura crítica qualquer que seja quadro de valores. Nesse aspecto, se inclui a ideologia composta que é por *teorias sociais* múltiplas em decorrência da variada possibilidade de “visões de mundo”. Aqui se coloca a questão sobre o fato de a fenomenologia examinada estar presa apenas à idéia de ser somente discurso. Quando as ciências humanas se assentam na concepção de conceitos prévios, estas se caracterizam como ideológicas.

Nas três décadas passadas a pesquisa e a reflexão teórica sobre a metodologia da História tem caminhos e descaminhos tão tortuosos, o que obrigou-nos a produzir uma revisão crítica, cujo balanço resultou em ganhos, percepções e novas diretrizes. Entre as conclusões possíveis, podemos afirmar que a impossibilidade de uma teoria única acerca metodologia da História, um dos objetivos do presente trabalho, será explicitar as fases e contradições desse movimento.

A chamada *crise das ciências* tem sido proclamada por muitos em diversas escolas de pensamento em diferentes países. Fala-se em crise de teorias, de modelos, de paradigmas e o problema que resta para nós educadores

é o seguinte dilema ou desafio: é necessário estudar-se a problemática e a origem dessas incertezas e dúvidas para conceber uma educação que as enfrente. Tudo leva a crer que o exercício da metodologia da História facilitaria o enfrentamento dessa crise do conhecimento e das ciências, porém é necessário que se compreenda a dinâmica vivida por essa crise e se perceba os impasses superados num projeto que a contemple. O grande dilema do pós -guerra foi à ciência questionada em suas objetividades não encontra pátria nas atuais subjetividades.

A verdade paradigmática transforma-se em erro na transitoriedade da ciência. O erro torna-se critério toda verdade, revisitando SÓCRATES como aquele que primeiro colocou a dúvida. Nessa digressão temporal buscamos o fio condutor da história do conhecimento. Em SÓCRATES, a totalidade só é possível pela busca da interioridade. A interioridade nos conduz a um profundo sentimento de humildade. Da dúvida interior à dúvida exterior, do conhecimento de mim mesmo ao conhecimento da totalidade. A ordem do século XVIII indica-nos o paradigma da razão como critério do conhecimento e a lógica formal como sustentáculo do conhecimento. As dúvidas precisam ser comprovadas e testadas, seqüenciadas e avaliadas. Construído no paradigma clássico da objetividade, com isso um novo caos se anuncia, um desejo inconsciente de volta aos fundamentos da cultura aparece como determinante da nova busca temática da História.

Alguns teóricos cometem equívocos entre a metafísica e racionalidade. As contradições entre ciência/existência nos remetem à elucidação das dicotomias delas decorrentes, organizando e sistematizando as principais conclusões obtidas, tenta subtrair dela as diretrizes de estudos da uma dinâmica vivida pela metodologia da História podemos afirmar que na década de 70 o movimento buscava uma explicitação filosófica,despontando inicialmente como uma tentativa e esclarecimento da classificação temática da proposta educacionais que despontavam na época, evidenciado, através de compromissos de docentes que procuram a ruptura da educação por migalhas.

Esse posicionamento nasceu com confronto ao conhecimento acadêmico alienante construtor de uma epistemologia capitalista portador de uma excessiva especialização criando, no dizer de H. JAPIASSÚ, uma *patologia do saber*.

Uma referência sobre a problemática da neutralidade axiológica da ciência social se colocou em finais do século XIX para os alemães. A questão clássica interroga de que forma as ideologias são referidas como representações de estrutura de classe e porque isso se dá. As respostas revelariam oposições ideológicas do pensamento . Os grupos sociais vivem em conflito e isso introduz concretamente o fato de que os observadores tem óticas diferentes sobre sua natureza interpretada e reinterpretada quantas vezes se a aborde. Assim, ideologia reflete o conflito dos investigadores na visão da realidade por si só conflituosa.

Para GOLDMANN o investigador deve buscar a “realidade total e concreta” no seu fazer enquanto cientista social . A formulação da posição de Paul VINAGRODOFF enfatiza que o tratamento de fatos e doutrinas de ordem ideológica está inserido num contexto que inclui as condições geográficas, etnológicas, políticas, culturais que não podem ser desconsideradas. Esses fatores determinam o curso concreto dos acontecimentos.

Os pressupostos metodológicos exarados da face teórica insinuam em si mesmo a vertente do aspecto ideológico. BLACKBURN assinala que ideologias dominantes e comprometidas podem ser facilmente identificadas e podem ser negligenciadas se necessário for. A teoria política liberal ignora “as forças econômicas básicas”. A economia transforma-se num exercício técnico excludente e obnubiladora do relacionamento entre as classes envolvidas no processo. Defende que o estudo realmente científico do processo histórico e das relações sociais só é possível a partir do Marxismo.

Os limites da explicação de uma conjuntura estarão limitados a uma teoria social dada e à sua capacidade de refletir uma problemática na sua realidade empírica. Quando se considera o quadro conceitual, o panorama científico adiciona um ponto de conexão entre a teoria e o empiricismo.

A partir daí pode-se pretender uma abordagem estreita ou não do trabalho. No Brasil, na própria América Latina sob a predominância do paradigma estrutural-funcional solidificou-se uma teoria e metodologia investigativa de fundo conservador demonstrando um grau alienante da forma de fazer ciência. Fundamenta-se sempre uma preocupação com conceitos operacionais puros e uma abordagem proeminentemente descritiva do estudo. Metodologicamente implica na perda do princípio analítico do processo ou fenômeno social como um todo .

O ponto fulcral, que se presta à análise, está na totalidade desta globalidade e se insere de forma determinada numa sociedade historicamente constituída e dialeticamente observável. O modelo Marxista opera com gabaritos macroestruturais incorporando categorias históricas, as classes sociais, a idéia de hegemonia, privilegiando o aporte que a ideologia representa. O problema da ideologia dentro da educação é operado como um conceito reducionista de ideologia pelos educadores. Isso quer dizer que diante do problema ideológico, ou o é, ou não se assume como tal e, ao serem identificados como “ideólogos burgueses” se colocam como “lacaio do capitalismo”. Mas se sabe, nem todos o são, tornando-os preocupados com os males do capitalismo, e é assim que se pode detectar uma abordagem sobre uma “sociedade perversa”.

Quando se coloca a problemática da ideologia discutida sob a ótica Marxista, MARTIN SCHAW afirma que, sem ser apologia, as ideologias expressam visões de mundo calcadas na parcialidade, dificultando a compreensão global, plena e radical da sociedade .

O que não escreve é que qualquer ideologia expressa alguma forma de existência e manifestação social. As ideologias fazem externar a posição de grupos e classes sociais e o seu comodismo, ou resistência, em torno das mudanças que ocorrem com a sociedade. Essa conotação levanta também o problema quanto ao fato de que, conforme HABERMAS, o problema está sempre em torno do interesse. Isso conduz à *“incapacidade baseada no*

interesse de manutenção de seu próprio status”. Por que haveria de mudar invertendo valores e posições e porque ter conhecimento dessa problemática?

A ideologia burguesa é heteróclita e dinamicamente acumulativa dentro do contexto burguês embora autônoma, pois se abstraem de defender interesses imediatos da classe dominante mas teoricamente se articulam na ampla generalidade dos quadros burgueses. A ideologia burguesa enfrenta alguns dilemas teóricos e igualmente o faz o teorismo metodológico ideológico que parte daquele referencial, pois são levados a repeti-los, respondendo parcialmente à realidade. Há um caráter conservador na sociologia.

O positivismo, como ideologia conservadora, foi transformado numa ideologia de pesquisa social empírica. Metodologicamente ainda, acentuou-se o caráter externo e objetivo da realidade social e o naturalismo do estudo social. Essas certezas metodológicas se cristalizaram sendo engolfadas pelas dúvidas. No contexto clássico de uma ciência burguesa, o conservadorismo solidificou-se como triunfante contextualizando uma construção da estrutura ideológica. SCHAW afirma que a sociologia *“tem uma função de caráter estrutural ideologizada”*.

Outro aspecto que se coloca ao Marxismo enquanto possibilidade análise social da realidade gira em torno do binômio, ciência e revolução. No seu artigo, *Marxismo, ciência ou revolução*⁹¹, Lúcio COLLETTI, sustenta que o Marxismo é metodologicamente melhor na apuração de estudo das relações sociais. Não desdiz, contudo, a vocação científica do Marxismo quanto à sua relação totalizadora e aproximativa com a estrutura da revolução socialista.

Seria então tal característica básica para a neutralidade da ciência Marxista de interpretação social. Por quê? Ou o Marxismo fornece uma metodologia axiológica neutra, ou pode ser convertido numa teoria somente revolucionária. Enquanto ciência se sustenta sob a tese de que é uma teoria das leis do desenvolvimento da sociedade humana e se resume ao grau de descobridor das relações causais objetivas.

COLLETTI pretende então, que o Marxismo tenha o condão de descobridor e analisador das leis que fazem o sistema funcionar e apontar as

contradições internas deglutidoras do sistema. É também a contrapartida da visão da história produzida pelos liberais para interpretar os mecanismos de funcionamento do liberalismo. No caso Marxista, ocorre uma aplicação científica e não uma obra ideológica. O exemplo tomado como referência pode ser o texto de *O Capital* que, na visão de Lúcio COLLETTI, apresenta estritos julgamentos objetivos do acontecimento histórico e social. Por serem científicos, tais juízos asseguram avaliações imparciais. Isso seria confirmado também por HILFERDING, para o qual o Marxismo se apresenta como uma ciência de lógica autônoma, isento de juízos de valor, conforme afirma também BLACKBURN.

O Marxismo difere do socialismo que é um fim em si mesmo. O socialismo é uma ação política. O Marxismo em seu fazer é um conhecimento objetivo científico que pode ser aceita independentemente dos fins. Essa abordagem traz implicitamente o juízo de que os autores Marxistas pretendem desvincular ciência e consciência de classe, e ciência da ideologia. O problema que se pode antepor é o que pensar da tese de que as leis do modo de produção capitalista inexoravelmente levam o sistema ao seu fim. Nessa ótica a extinção do capitalismo é inevitável. E isso responde à questão do quociente de ideologia envolvido.

A problemática toda se introduz a partir do momento em que MARX ordena ou reordena uma explicação para o edifício do sistema capitalista apontando a contradição que o sistema contém. Os autores se criticam em torno da realidade social, debatendo que os fenômenos em si não são como tal ou qual expressou.

Em síntese, o “mito” em torno da neutralidade axiológica das ciências, está dado, e o mesmo se dever dizer da neutralidade ideológica. Mas com essa postura convive a idéia de que a neutralidade ideológica nas Ciências é um mito que deitou raízes no campo metodológico. Pressupõe-se também que os métodos tenham em si o grau de objetividade adequada à sua aplicação. Por isso mesmo, a idéia é a de que a neutralidade ideológica propõe as soluções axiologicamente neutras.

Na ótica Marxista, tal situação, a da neutralidade irrompe quando, metateoricamente, Karl MARX ultrapassa esse tipo de máscara que significa para ele a manipulação fetichista permitida pelo método liberal. Ao negá-lo pretende captar as relações sociais que estão por trás dela.

Tanto quanto a incógnita de se postular neutralidade sistemática ao nível metodológico se coloca a intenção de uma opção quanto a isso. De maneira que não seria forçado dizer que a opção contém a opção do método. A iniciativa é determinada pelo posicionamento ideológico do cientista. A partir daí, orienta a colocação do interesse; ou seja, a opção de um exercício metodológico assentada numa ordem própria de inferências. O grau de complexidade se assenta no fato de que, ao aplicarem-se diferentes métodos, numa mesma sociedade, pode-se derrogar o caráter científico de uma delas. Ou não. E isso conota a existência de um método acumpliciado como uma forma de ver o mundo. O se que conota é o fato de que uma sociedade é marcada por um conflito interno que demarca uma contradição interna.

Tal é o caso dos “tipos ideais” weberianos que não permitem captar a essência dessa contradição. Uma metateoria, opostamente, traduz a aplicabilidade científica idealmente comum, como pretende MÉSZÁROS. A idéia do cientista cooptado pelo sistema neutraliza sua possibilidade de questionamento da ordem estabelecida. A ordem das coisas em si nem necessita ser neutral. O problema reside na forma pela qual investigador- leitor faz dessa realidade. Reduzir os agentes antagônicos a portadores de um discurso racional é um “milagre metodológico”. Isso decorre de que um discurso racional, de uma realidade social e concreta, traz embutido o direito à legitimidade da contestação. Essa idéia da neutralidade ideológica no contexto das ciências humanas é um artifício da ideologia dominante.

O argumento induzido pela ideologia dominante é a de que a produção que a contesta o faz no sentido de atingir o sistema. Por ter o seu modo de produção científico dado se coloca como detentora de um gabarito impecável. As regras do método prevalecente, dadas, criam contornos limitadores para qualquer tentativa de contestação da interpretação subjacente, concreta,

impondo seu peso para tachá-las de ideológica. Em síntese, uma ciência supostamente “não ideológica” agasalhada pela capa de uma metodologia neutra pode ser lida como eminentemente mistificadora. Nessa ótica, há que se considerar que tanto a crítica liberal, quanto a crítica analítica tem o mesmo percentual de fidelidade pelo apreço da verdade social.

Há que ter em conta que os valores em tela são parte do sistema. Daí a perspectiva constante de um método embasado no fator valorativo. A dialética desmistificaria a idéia de uma metodologia axiologicamente neutra. Essa oposição de métodos poderia também impor o raciocínio de que ao se enfrentarem opostos de iniciativas, colocam a superação da especificidade e parcialidade. No fundo, pela sua natureza limitativa calcifica contornos de ação aos quais o cientista social se prende. Sua ação fica demarcada e sua abordagem desarticula qualquer forma de previsão.

Para MÉSZÁROS a abordagem Marxiana implica num radicalismo metodológico. Suprimi-la significa reutilizar a idéia de uma redução do nível dos conflitos inerentes à sociedade burguesa. A escolha de uma alternativa específica representa um compromisso ideológico incluindo a orientação Marxista da crítica social. Os antagonismos sociais e disputas metodológicas são mais ou menos anulados diante da impossibilidade de se contestar a metodologia vigente. Normalmente, o método vigente invoca a objetividade científica e a neutralidade axiomática. A interconexão entre a ideologia e o ensino da história se faz sob uma forma de discurso. O amarramento desse processo se dá em níveis diversos. A partir de finais da Segunda Grande Guerra Mundial, plantou-se a tese de que a ideologia fora por inteiro substituída por uma ciência humana modelada por contornos equilibrados sóbrios.

Em termos Marxistas isso pode ser lido como uma forma peculiar de “falsa consciência ideológica”. HEILBRONER, no *The reporter*, elogiou o “*O fim da ideologia*”, de DANIEL BELL, texto que em si mesmo, tinha a sua ideologia. A importância do escrito de BELL procurou sustentar-se sobre a idéia de que a forma de ver a realidade, com os “óculos ideológicos”, era coisa do

passado. MÉSZÁROS testa a idéia da neutralidade ideológica, factual e desprovida de preconceitos. Toma como referência a página 385 de Daniel BELL *O fim da Ideologia*. Ali se diz sobre a NEP- A Nova Política Econômica do regime comunista russo, que “... *foi uma passo extraordinário para LENIN, pois ele teve de admitir que não havia nada nos “velhos livros” que preparasse o partido para um passo tão radical como a restauração parcial do capitalismo.*” Mas LENIN toma outra posição antes de sua morte afirmando que nem MARX tocou no assunto o que levou os pósteros a fazerem o seu próprio caminho.

O problema, na ótica *mészariana* é a de que no seu enfoque “ não-ideológico”, BELL, viola condições pristinas da pesquisa e análise científica em nome da genuinidade da ciência social, na sua visão, radicalmente oposta à ideologia obsoleta. BELL tem em conta que sua visão de “evidência incontroversa” sobre o assunto é a essência do que se pretende dar como verdadeiramente científico. MÉSZÁROS afirma que “ ... *nem um único livro jamais foi escrito sobre o capitalismo de Estado dentro do comunismo*” . É a constatação da prática ideológica. A idéia de uma ciência social não ideológica não pode ser tida como coerente em BELL porque da maneira como a trata, consegue esconjurá-la da forma como lhe aprouve descartando os problemas insinuatamente, ao seu prazer .

A idéia de viver numa sociedade “pós capitalista” anexa o tema da tendência da inexistência da luta de classes. Isso leva a ausência da ideologia e onde os conflitos são substituídos por uma engenharia social. O problema é o de que a realidade social apresenta outra característica distante das propostas de uma sociedade superadora da atual. O argumento de BELL é o de que na área social inexistem levantamentos ou dados que permitam uma ampla e coerente análise dos eventuais problemas sociais, educação, bem-estar ou planejamento.

Os cientistas apontam na direção de que os problemas tem raízes ideológicas. Assim, em BELL, fica explícito que sua proposta de “ ciência social axiologicamente neutra ” é na verdade uma proposição falha em si mesma. É ideológica na medida em que ao “decretar” a falência da ideologia em

nome de uma nova ordem, no pós-guerra acaba se constituindo numa forma enganosa de análise ou uma forma ideológica do problema.

O problema que MÉSZÁROS coloca é o de que, uma “condição elementar de melhoria desse “recorde sombrio” seria um reexame radical das concepções ideológicas da ciência social “axiológicamente neutra” mas isso sem dúvida, deve sistematicamente escapar à atenção daqueles que têm um interesse amplo e manifesto na manutenção do estrangulamento ideológico da ciência social, até pouco tempo total. Outra questão debatida por MÉSZÁROS é consoante ao posicionamento MAX WEBER e sua visão científica diante das ciências sociais. Toma então como referência a natureza e validade dos tipos ideais.

A tarefa elementar do autocontrole científico e a única forma de se evitar problemas sérios na produção científica. Requer uma distinção nítida e precisa entre a análise comparativa da realidade através de tipos ideais, no sentido lógico e o julgamento de valor da realidade baseado em ideais. *Em nosso sentido, um tipo ideal. / ... / não tem absolutamente nenhuma conexão com juízos de valor, e não tem nada a ver com nenhum tipo de perfeição, a não ser aquela puramente lógica*⁰⁸. O que se coloca é se é possível encontrar em Weber os padrões de avaliação da ciência como um todo. Exemplo disso, a definição de capitalismo que supostamente, constitui um tipo ideal bem “neutro”.

Apresenta-o como um tipo de cultura norteadada pelo investimento privado. Superficialmente parece mesmo que “o capitalismo e o investimento de capital privado estão diretamente ligados”. Esse posicionamento, conforme MÉSZÁROS, é ostensivamente ideológico, valorativo, ou falso e até tudo isso junto. O termo weberiano bloqueia a possibilidade de definições rivais, baseando-se na pura suposição.

A crítica de MÉSZÁROS toma vários pontos da prática weberiana como referência. Weber, escreve sobre a palavra cultura, preterindo-a ao termo “formação social” ou “modo de produção”, na ótica Marxista, contenedores dos elementos dados do desenvolvimento da formação social capitalista. Isso está implícito na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Ali anula a

explicação metodológica a possibilidade de uma pesquisa histórica abrangente sobre as bases reais do capitalismo. Daí o a-historicismo, quando exclui a explicação dos estágios do capitalismo. O “tipo ideal” acaba se tornando uma “válvula de escape” para salvaguardar objeções irrespondíveis de seu método. A discussão sobre o interrelacionamento estrutural entre capital e trabalho está ausente no discurso weberiano.

Está definitivamente ausente a possibilidade de se entender “extração da mais valia”. Para Max Weber, lucro, ideologicamente tem o mesmo significado que investimento e se caracteriza pelo capital privativo. Isso é altamente contestatório quando se toma o histórico do modo de produção. O capitalismo, preso aos ditames do Estado, tem por regra não investir o excedente e por isso tem crises de produção cíclicas com repercussões sociais. Ao tratar o capitalismo como uma forma de investimento de capital privado o descaracteriza enquanto um “*puro tipo ideal*”. É uma posição acrítica por parte de Weber porque deixa de lado uma das explicações do sistema capitalista que é a participação do capital estatal na reprodução ampliada do sistema capitalista. É pois uma definição estática porque como dito, elimina o núcleo do conflito, a relação *capital x trabalho*. Apaga-se em Weber, a idéia de contradições dinâmicas no modelo: só trata do sistema em forma linear, contínua, desprezando por completo a descontinuidade que caracteriza sua dialética.

Jacques MÂITRE aferra-se a idéia de que o quadro epistemológico está soldado ao conceito de ideologia. É exatamente a dialética que supera obstáculos esgrimindo mecanismo que passa pela operacionalização - interpretação⁰⁹. De outro lado, a neutralidade do cientista, independentemente de qualquer teoria científica ou do pensamento da existência de uma ciência inteira pode assumir um posicionamento embasado em juízos de valor. À semelhança de MÉSZÁROS, THIOLLENT é um crítico de Weber para quem a metodologia científica não pode afastar “a questão dos valores” de uma maneira absoluta, à moda dos positivistas. Assim então, *A idéia de “...*

⁰⁹ Trindade, Liana S. – Raízes Ideológicas das Ciências Sociais, SP Ática, 1978 - p.15

neutralidade axiológica , como requisito científico, consiste na capacidade do cientista em neutralizar suas próprias avaliações ou seus próprios valores para reconhecer e apresentar os fatos objetivos são comportamentos avaliativos dos sujeitos estudados”.

O problema está em que, ao não afastar os valores da realidade social ou cultural, ou no caso, religioso, o cientista opta pelo seu objeto de estudo a partir de “idéias e valores” que se determinam socialmente e de onde emerge o seu objeto. Então temos que, no caso da religião, na abordagem da problemática salvacionista-alienante ocorre uma relação bipolarizada. Isso se dá na medida em que as ciências sociais tratam com valores. No entanto, os valores individuais do cientista não podem, na ótica da pura busca científica, prezar pela isentabilidade. Os valores do cientista não poderiam interferir. Seria impossível eliminar o tópico analisado da interferência ideológica.

O poder, a sua presença, é uma forma de cooptação crescente da neutralidade e objetividade. Os métodos e sua significância para a leitura ou releitura estão dados. Cada sociólogo mune-se do instrumento que lhe pareça mais coerente para a sua investigação de acordo com a sua consciência. Em T.W. ADORNO acaba desembocando numa concepção de que a ideologia expressa um complexo de opiniões e valores, fazendo fluir uma maneira de encarar o homem na sua vida social.

Mas se pode tomar como ponto de partida que atualmente as ideologias, nas ciências sociais, são tratadas como propostas questionadoras das ideologias predominantes. O cientista social deve controlar o conjunto de informações que podendo ser provadas, deve independer do seu julgamento. Podemos pois, depreender que se pode opor à ideologia o aporte científico e de modo diverso. A ideologia não se define pela opinião consciente do teórico social quanto ao funcionamento da sociedade mas em decorrência de pressupostos que ignora ou não são claros. Quando isso não ocorre, favorece a idéia de que quando baseada em outros fatores , que não os de conceitos prévios e teorias sociais, induzem-na a ser considerada ideológica

Quando o investigador assinala um campo de pesquisa específico, enuncia uma parte ou o pressuposto sobre a estrutura da natureza da sociedade e sobre a validade ou não do significado teórico. De acordo com *Garet Steedman Jones* é negativa a idéia de que o estudo da sociedade pode se basear no simples acúmulo de dados ou fatos. Pode-se observar que colocado o problema da ideologia num plano de pesquisa científica, ideologias específicas justificam interesses da classe social dominante. Por isso tornam-se expostas. Isso transparece quando a intelectualidade liberal procura justificar a forma ideológica com que trata o seu empreendimento de explicação da realidade social.

Na análise da realidade social, o método dialético com base na não-inclusão ideológica propõe da mesma forma a necessidade de testar hipóteses experimentais no seu desempenho. Isso, mesmo em se considerando que se a ideologia expressa uma realidade de uma determinada sociedade. Aí reside o primeiro passo para o conflito que, em se falando de interpretação, é histórico. À sociologia burguesa se coloca o problema de que tem de ultrapassar problemas teóricos ou dilemas cuja solução implica em adquirir algum fundamento fora dos seus quadros teóricos. O que transparece de imediato é o fato de que a sociologia burguesa não fez outra coisa a não ser trabalhar ideologicamente o problema ou sua realidade sob a ótica de sua própria ideologia e sem a mínima preocupação com as contradições que se lhe apresentam. Dessas contradições a primeira é pretender-se neutra.

Em GRAMSCI, as teorias da sociedade civil e da ideologia estão centradas na importância dos intelectuais e de suas funções. Divide a sociedade em civil e política. Para GRAMSCI o erro metodológico mais difundido está na observação de tentar distingui-lo a partir das atividades intelectuais e não no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades podem ser detectadas. Os intelectuais podem ser classificados em orgânicos, os que têm suas origens confundidas com o surgimento das novas classes sociais ligadas à produção e ou ao comércio. Dessas classes, eles elaboram uma ou várias concepções do mundo enraizadas em suas práticas sociais. Outros se agrupam sob o a

significância de intelectuais tradicionais, os quais se ligam aos grupos que foram dominantes no passado e que plasmam a continuidade histórica. O grupo eclesiástico é por definição o exemplo desse grupo. (11)

3.3 O MARXISMO ANALÍTICO E A METODOLOGIA DIALÉTICA.

O que se coloca para o método adotado, o dialético, é a questão de até que ponto sobreviveram as expectativas Marxistas ou do materialismo histórico depois da crise do denominado socialismo real. Após a queda do Muro de Berlim, muito se tem escrito sobre o problema atinente ao Marxismo e seus defensores.

Juntamente com a crise do socialismo real, advieram variadas análises sobre a escola Marxista e as suas repercussões. Nada, absolutamente nada pode ser derogado assim de imediato. Mesmo autores da reputação de KURZ se equivoca quando fala do desmoronamento do mundo socialista porque omite que tal se deu porque não houve ao longo da sua existência uma compatibilização da economia socialista ao modelo de Estado vigente¹³. O reconhecimento e a utilidade do materialismo histórico como paradigma social nos anos 60 e 70, foi muito reclamado tanto quanto discutido. Na década dos anos 70 já estava colocado o problema. ALTHUSSER insiste na violência da “totalidade estrutural” frente às possibilidades do sujeito e LEFEBVRE propõe a “consideração das contradições concretas”.

Atualmente há uma franca evolução da substituição do conceito da luta de classes. Isso também acontece com as forças econômicas e sociais envolvendo a perspectiva dos interesses de classes dos operários. Uma nova ordem de valores assume o sentido e empenho entre essas forças de produção e o capital ao longo dos anos 90. Ao mesmo tempo, alguns enfoques destacam claramente os limites do aporte Marxista na sua tentativa de explicar o desenrolar histórico do capitalismo no seu sentido mais amplo. Cabe então, pois, orientar essa reflexão para dentro de uma ótica que denominados com a de um Marxismo revisto e que na Inglaterra recebeu o nome de Marxismo analítico.

Trata-se de um movimento e não propriamente de uma escola de escritores.

O nome de maior projeção dentro desse movimento, é o de John ELSTER, que tem teorizado e escrito sobre os mais variados ângulos e assuntos temáticos enfocando os problemas ligados ao Marxismo. ELSTER fala de um “pós – Marxismo” e sua inserção num contexto de pós- socialismo, a crise do chamado socialismo real. Tal termo, pós Marxismo não se refere a uma ultrapassagem histórica do Marxismo histórico. O pensamento teórico não se opõe concretamente ao Marxismo histórico, mas se coloca como um seu prolongamento renovado. No entanto, os denominados pós-Marxistas diferenciam-se rotundamente daqueles dos anos 50. Introduziram uma crítica do sistema comunista .

No seu texto sobre o que sucedeu ao Marxismo, ELSTER conclui que entre os fatores que sobreviveram estão, a metodologia Marxista, a dialética e a análise da alienação. Quanto ao enfoque da luta de classes, no entanto, o entende que sofreu um forte abalo, principalmente no sentido que lhe emprestou MARX. Para este a história se apresenta como um resultado sintético do movimento dialético da luta de classes. Além disso, ELSTER anuncia que o método dialético é por demais complexo e complicado e que ele poderia usar o mesmo raciocínio com relação à utilização da lógica formal para resolver a maioria dos problemas com os quais MARX se defrontou e que resolveu através daquele método.

O desenvolvimento a ser considerado é o do aporte histórico, considerando o Marxismo, o neo-Marxismo e do pós-Marxismo. Coloca-se aqui então um problema sobre o uso destes termos. Referir-se ao Marxismo é também incluí-lo no rol dos termos de múltiplas acepções. Não existe um Marxismo, mas vários Marxismos. Eles estão interrelacionados, ligados umbilicalmente por uma série de princípios. O fato de teóricos terem-no abandonado na década de 50 insurgindo-se contra as normas que o sistematizavam não desdiz os contornos básicos do processo, mas ao contrário, reforça o edifício do Marxismo.

A problemática envolvendo o conflito de aporte ideológico entre a ciência Marxista e a epistemologia empirista e positivista nas ciências sociais, hegemônica no Ocidente, tem um fundamento histórico. O que a ciência burguesa sempre colocou ao Marxismo foi o da necessidade da prova científica de suas análises. De que forma os cientistas Marxistas poderiam provar suas teorias? Na ótica burguesa os Marxistas seriam incapazes de formular hipóteses. Para os Marxistas, as teorias burguesas permaneciam presas aos ideais positivistas.

No fronte Marxista surgiram três bandeiras defensoras contra a hegemonia positivista dos cientistas empiricistas. Num ponto plantou-se a idéia de que o quantitativismo exagerado da sociologia norte-americana tinha por fundamento a manipulação ideológica. Um segundo grupo radicalizou sua prática em cima das experiências empíricas, mas sua proposta esbarrou numa idéia de utilizar categorias Marxistas sem a teoria Marxista. Um terceiro viés calcificou-se sobre o princípio de uma agenda de pesquisa empírica dentro de uma lógica exclusivamente Marxista mantendo-se fiel às origens.

O elemento fundante desse princípio foi o de que a teoria Marxista deveria trabalhar com proposições sobre o mundo real a partir de dados empíricos. Surgiram então várias teses de doutoramento em Harvard, Wisconsin, Chicago, Nova Iorque e artigos na *American Sociological Review*. Essa produção foi teoricamente estruturada agrupada sob três requisitos básicos. O primeiro desses requisitos foi o de mostrar que é possível aos investigadores Marxistas procederem metodológica e teoricamente com experiências empíricas concretamente suficientes. Tal procedimento deve estar evidentemente embasado numa teoria Marxista correta e relacionar prática, teoria e conceituação adequadamente.

O problema da distinção entre aparência e realidade subjacente não consiste em descartar as aparências, mas em proporcionar uma base para a elucidação delas. O ponto central é que o vasto feixe de fenômenos empíricos imediatamente observáveis na vida social só pode ser explicado se analisarmos a realidade social oculta por trás dessas aparências. Permanecendo totalmente no

nível das aparências, podemos descrever os fenômenos sociais, e até mesmo prevê-los, mas não podemos explicá-los. Pode-se consultar uma vasta bibliografia na filosofia das ciências sobre esse assunto. Uma das características da ciência social positivista, nessas condições é o fracasso da distinção entre explicação e previsão. O Marxismo enquanto isso insiste na distinção radical entre ambas. Essa colocação tem potencialmente muito a ver com o objeto aqui eleito para o trabalho sobre a relação entre salvação e o processo alienante.

Contudo, apesar da crítica elsteriana ao método dialético, atesta a eficiência ou até mesmo a necessidade da lógica Marxista. Mas nem por isso deixam de aflorar questões de grande envergadura. De imediato, pelo menos duas. O primeiro questionamento vem ao encontro da perspectiva da existência ou da persistência do Marxismo. De outro lado, permanece a polêmica sobre a efetiva fundamentação de que, o raciocínio dialético, do hegelianismo-Marxista tenha superado a querela do seu poder analítico enquanto instrumento de análise social.

De intra-muros surge um novo tipo de lógica, a proposicional, baseada em Cohen. Há ainda a lógica formal elsteriana tomada como quantificacional e que o próprio teórico designa por triestratificada. O problema em COHEN é o de que partindo das reivindicações do materialismo histórico ortodoxo, faz uma releitura das proposições de tal linha de pensamento.

Substitui o conceito de que o desenvolvimento das forças produtivas explica o conjunto das relações sociais de produção ou, a “estrutura econômica” pelo que designa, a *tese da primazia*. Um segundo postulado seria o de que a estrutura econômica social, explica as “superestruturas”, entre elas a ideologia, e que para COHEN é a *tese da base*. Para ele essas explicações seriam funcionais o que por si só provoca amplo debate no seio do Marxismo ortodoxo sobrevivente. Os Marxistas, como se sabe, são avessos à explicação do fenômeno social a partir do funcionalismo. O centro da explicação de COHEN é, pois uma explicação sobre a relação funcional envolvendo as forças de produção e as relações de produção.

Muitas coisas restaram do Marxismo. Cita-se aqui os principais pontos que o Marxismo analítico considera ainda vivente ou morto. Inicialmente, entre o que vive, encontramos em primeiro lugar o método dialético, com toda a crítica que se lhe faça, a teoria da alienação e a teoria da exploração capitalista estão vivas. Além disso, a teoria Marxiana da transformação técnica e a teoria da consciência da classe.

As teorias sobre a ideologia teriam se transformado num morto vivo na visão de ELSTER. A teoria da alienação está viva como também, correlativamente, a concepção de MARX da boa vida, objetivo do homem. A teoria da exploração está viva, como o está correlativamente, a concepção Marxista da justiça distributiva. A teoria da transformação técnica está definitivamente viva. A análise relacional entre tecnologia benefício e poder e direitos de propriedade ao nível da empresa. Também a teoria da consciência de classe, a luta de classes e a política vive e palpita. MARX pensava que sua teoria oferecia a chave para a compreensão dos conflitos sociais, resultado da ideologia, que hoje não está nem viva e nem morta, ou em fase de reavaliação.

Definitivamente morto na ótica deste movimento, apontado a partir da obra de ELSTER estariam o socialismo científico e a dialética afinada com a codificação permitida pelo materialismo dialético. ELSTER considera a prática da dialética Marxista enquanto método objetivo bastante trivial. Por isso propõe um modelo de lógica formal para substituí-lo. A teleologia e o funcionalismo estão mortos, a teoria econômica Marxista está morta com uma importante exceção, a teoria da transformação técnica, a teoria das forças produtivas e as relações de produção quicá a parte mais importante do materialismo dialético - também estão mortos.

Uma primeira questão que pode ser colocada é a de que se todos os Marxistas analíticos estão concordes com o caminho sinalizado por Elster. No seu texto, *Logic and society* e em *Making sense of MARX*, contesta a diética hegeliana. Nega, a idéia da contradição como a idéia chave para a interpretar essência de um processo, e que seria uma forma de explicar as interações entre um conjunto de mecanismos causais. Isso deixa exposto um princípio de

positivismo, ou seja, um processo de “causa e efeito”. Por outro lado, coloca o Marxismo analítico como um ponto intermediário diante do método dialético. Nem aceita o princípio científico da dialética, mas também não assume uma postura positivista. Suaviza os pressupostos da ciência burguesa. O Marxismo analítico se esquia das tradições substantivas do Marxismo tradicional colocando problemas que tentam superar ou reinterpretar o problema colocado por MARX sob a questão da relação de salários, dos preços e outros problemas econômicos. Isso deixa frágil o método interpretativo Marxista, portanto sua dialética quando tenta captar a realidade como um todo.

J. ELSTER e seus estudos sobre a racionalidade humana são difíceis de catalogar. Usa o individualismo metodológico para criticar a dominação funcionalista e Marxista. Nestes textos, ELSTER trata o problema metodológico sob o âmbito da dualidade epistemológica, a biológica e das ciências sociais, destacando a distinção absoluta entre o comportamento humano e o comportamento animal. A biologia apresenta uma causalidade subfuncional e uma causalidade supra-funcional. No caso das Ciências Sociais temos uma causalidade sub-intencional e uma supra-intencional. Assim se têm-se que ELSTER confunde “causa” e “intenção” quando define o ser humano como uma máquina que maximiza globalmente enquanto os outros animais são “máquinas que maximizam localmente”¹⁵.

Para J. ELSTER, o ser humano tem um comportamento revolucionário enquanto o comportamento da seleção animal é reformista. No primeiro capítulo do texto, *Making Sense of MARX* denunciou categoricamente “*todos os pressupostos de um método Marxista distinto*” que ele identifica com a infeliz influência da filosofia hegeliana no trabalho Marxista. Sobre a dialética afirma-se que o problema do discurso e o de uma metodologia fluente e distinta é o que pode ser aproveitado da “metodologia Marxista” nos dias atuais.

¹⁵ Jon, Elster – Karl MARX – RJ Paz e Terra –1996 – p 47

A realidade social não deixou de ser dialética. Tal realidade não permite colocar no entanto, uma discussão quanto à tendência de agucidade do movimento dialético ou ao seu desaparecimento.

Como dito, a condição de transição vivida pela sociedade tem sempre como possível a interpretação dialética. O movimento de contradição contínua é insere-se ao sistema independentemente da globalização. O cerne do problema está na aceitação da validade científica diante da ótica burguesa. O próprio conceito de ciência é em si mesmo dialético. A valoração do método é integral.

Na sua origem a dialética que influenciou MARX foi gestada em dois momentos . No apogeu do movimento clássico antigo, com Aristóteles e posteriormente, pela filosofia liberal do período moderno com W.Hegel. Entre os estudiosos do Marxismo analítico, *WRIGHT* conota uma relação histórica com o “problema da ciência”. *WRIGHT* admite por isso a validade do método dialético comentando sua aplicação na obra de ROBERT LEWONTIN e R. LEVINS, sobre o pensamento dialético aplicado à ciência como um todo.

Ao mesmo tempo temos que considerar que a ideologia pode ser aplicada na análise de outros sistemas de produção quando se trata do seu entendimento.

Não explicada à época, como o fez Karl MARX, a ideologia permeava igualmente a sociedade. Fazendo-se um corte transversal pode-se perceber a constituição hierárquica e os valores que administra. Nos dias atuais, mercê de uma série de problemas, a ideologia estabelecida está dividida entre os capitalistas e os comunistas. Isso, a não ser que se aceite um deslocamento do eixo da interpretação ideológica para outro ponto gravitacional. O arrefecimento de movimentos trabalhistas por outro lado não significa o falecimento da ideologia. O problema é muito mais de ciclicidade do capitalismo.

Dentro do processo da globalização, o fenômeno ideológico assumiu uma outra conotação. Possivelmente, até mesmo devido ao problema ideológico, a idéia da extinção do processo comunista prova isso, levou à formulações da extinção da ideologia num conceito Marxista. Tal afirmação é teórica. A discussão dos opostos, racionalidade - validade do dialeticismo ou dialética

como instrumento válido para a discussão dos pressupostos científicos é algo em si imutável enquanto pressuposto visando à compreensão.

Assim a história tratada à relativa distância, com o historiador considerado como sendo um observador neutro dos fenômenos, quase nada explica, esclarece ou acrescenta ao universo ou lógica mesma dos tratados e fatos da realidade, embora essa vertente historiografia tenha influenciado profundamente o saber escolar erudito, esse saber termina por ser útil à manutenção da ordem. Nesta direção, podemos afirmar que o marxismo surgiu com uma visão crítica tanto a concepção providencialista formulada pela historiografia de origem comtiana como uma negação da metafísica como visão de mundo, transformando assim a história em uma ciência, cujo cerne passou a ser o Homem e suas condições materiais.

“(...) temos que começar constando o primeiro pressuposto de toda existência humana e portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens precisam estar em condições de viver para poderem fazer a história. Mas para viver é preciso antes de tudo, comer e beber, morar, vestir, e ainda algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, engendrar os meios para a satisfação dessas necessidades, produzir a vida material mesma, e é o ato histórico, uma condição básica de toda a história que ainda hoje, como a milênios, precisa ser preenchida a cada dia a cada hora, tão somente para manter os homens vivos (...) Em segundo lugar, a primeira necessidade satisfeita, a ação dada satisfação adquirida levam novas necessidades - e esse engendramento de novas necessidades é o primeiro ato histórico (...) A terceira circunstância o que já de antemão entra no desenvolvimento histórico é a de que os seres humanos que renovam sua própria vida diariamente começaram a fazer outros seres humanos, isto é a reproduzir a relação entre homem e mulher, pais e filhos, a família (...)”³⁰

39. Marx & Engels. **A ideologia Alemã**, in Fernandes, F. (org) Marx, Engels: História, São Paulo, Ática, 1983, p.194 e 31.

Tais são os fundamentos teóricos sobre os quais pretendemos alavancar uma interpretação da abordagem epistemológica da História e a concepção dominante na estrutura e nos círculos de debates acadêmicos sobre os paradigmas da História durante as lutas e enfrentamentos da década de 80.

CONCLUSÕES

Vimos que hoje vicejam ainda grandes epistemologias e um *conflito de interpretações*, por um lado vimos acontecer à revisão da história tradicional; muita obra que buscou marcar os 500 anos da conquista e colonização do Brasil, celebrado no ano passado próximo, notadamente no ano 2000, se não havia especificamente novas grandes interpretações muitas obras foram revisitadas e as fontes ou bases de investigação revigoraram em apreensões conceituais epistemológicas e políticas consideradas tradicionais. Por outro lado, por ocasião desse mesmo fato, vimos constituir uma até relevante tradição de interpretação da história centrada nas operacionalidades e compreensões *da nova história* que identifica novos conceitos de tempo, novos campos de pesquisas, novos sujeitos e métodos investigativos.

Contudo, é forçoso afirmar, prevalece sempre nas grandes interpretações editoriais os clássicos da história ou da filosofia da história brasileira, com reedições de obras de FERNANDO AZEVEDO, CAIO PRADO JUNIOR, CELSO FURTADO, ALFREDO BOSI, ANTONIO CANDIDO e outros que puderam contribuir para a compreensão da história do Brasil. Vimos ainda que, apesar da disputa que trava-se nas interpretações e concepções dominantes, permanece na Universidade uma tendência a uma adoção revisitada da nova história, abrindo campo para novas temáticas como a subjetividade, a sexualidade, a vontade e outros tantos elementos pontuais ou fragmentários de uma nova cartografia temática, muitas vezes desligados de uma matriz teórica mais ampla ou abrangente.

Isto requer afirmar que a história e suas formas no Brasil ainda está para ser desvendada. Não há uma obra de peso filosófico ou de profunda abrangência histórico-analítica que venha a dar conta do *estado da arte*, das mudanças recentes ou das implicações ideológicas plenas, sobre as grandes epistemologias que fundamentam as concepções de história no Brasil. Vimos sim um amplo e fecundo debate sobre as possibilidades das ciências da história, prescindindo do derrotismo e do antimarxismo, constituírem um fecundo e alvissareiro campo de pesquisa e produção. Podemos até afirmar que agora reunimos condições de produzir uma nova ciência da história, capaz de formar tanto novos pesquisadores estimular a busca de novas fontes como conciliar algumas tradições ou inspirações epistemológicas ainda frágeis.

O marxismo, na sua visão clássica, considera que a história constitui, na ciência dos homens, uma realidade essencial, sendo intrinsecamente social, pois explica o lado social do homem como o lado humano do social, invertendo dessa forma a tradição positivista sobre esse pressuposto, que toma as contradições econômicas como determinantes no conjunto de muitas determinações geradas no desenvolvimento das sociedades.

Em 1929, no contexto da crise mundial, Marc BLOCH e Lucien FEBVRE, através da revista ANNALES, portadores de uma tradição proletária, formulam uma cáustica crítica à visão positivista e uma suposta alternativa ao marxismo, procurando formular a história como problema; o caráter científico da história é dado mesmo se tratando de uma ciência em construção, o contato com outras ciências sociais, a ampliação os limites da história, abrangendo todos os aspectos da vida social; civilização material, poder, e mentalidades coletivas,

a ampliação da noção de fonte para além da escrita, a construção da temporalidade múltipla, e a ligação indissolúvel entre o passado e presente. A escola dos Annales, em sua rica e fecunda trajetória, terminou por retirar o homem como centro das preocupações do historiador, resvalou ao longo o tempo de 1929 a 1969 de uma alternativa, aparentemente pontual, para uma crítica não raro demolidora, ou motivadora de novas temáticas mais agressivas e definidas, da concepção marxista da história.

O presente trabalho pretende contribuir nesta direção apontando, *grosso modo*, como esta grande gama de problemas e possibilidades sinaliza vitalidades e concluindo, não pela apologia de uma ou de outra tendência, mas ressaltando o momento privilegiado de produzirmos uma grande investigação sobre as bases da história no Brasil, as grandes epistemologias do século XX, as grandes questões e problemas que influenciaram duplamente a realidade brasileira e hoje estão voltadas para a universidade onde forma-se o bacharel e licenciado em história.

O movimento histórico da década de 80 caminhou em busca de epistemologias que explicitassem o teórico, o abstrato, a partir do prático e do real apresentando vários estudos na década de 80 sobre a metodologia da História como Gusdorf, Mircea Eliade, M. Dufrenne, entre outros que apresentaram avanços em relação à metodologia da História. Tais estudos poderiam ser sintetizados numa afirmação: a atitude interdisciplinar seria uma síntese imaginativa e audaciosa, a metodologia da História não seria categoria de conhecimento, mas ação, fundamentadas na dúvida. No Brasil, na década de 80, os estudos sobre a metodologia da História enfocaram o desejo de superar a

dicotomia teoria e prática, o processo iniciou-se com o resgate lento da memória das situações vivificadas em sala de aula. Esse resgate da memória foi registrado e analisado tentando superar a principal dicotomia a dicotomia teoria e prática. Os anos 90 a apresentam como o momento máximo de contradições teóricas. A grande contradição foi a proliferação indiscriminada das práticas intuitivas, pois os educadores perceberam que não é mais possível dissimular o fato da metodologia da História constituir-se exigência principal da proposta atual do conhecimento e educação. A revisão contemporânea do conceito de ciência orienta-nos para a exigência de uma nova consciência, que não tem como referência a objetividade, mas assume a subjetividade em todas as suas contradições. A metodologia da História passou a viver as mais variadas inusitadas formas, muitas vezes adaptando-se as muitas aspirações coletivas e pessoais aspirações, como alfabetização, pré escola, questão de conteúdos específicos, arte, estética, educação do corpo, dos sentidos. A última década do milênio encerrado marca uma metodologia da História na busca de um projeto antropológico de educação em suas principais contradições.

Por último, resta uma análise profunda deste novo ciclo de acumulação capitalista entendido como globalização. A *globalização*, fenômeno político, cultural e ideológico hegemônico nos anos 80, teve entre outros processos e contradições uma novidade ideológica e crítica, o esboço ou estofo de um discurso sobre o *fim da história* identificando-o como a derrota do Marxismo e o triunfo de uma realidade capitalista burguesa sobre a economia socialista. O *fim da história*, grosso modo, significa defender o fim da contradição, da

realidade em mudança, das possibilidades políticas, e cair novamente nas grandes e unilaterais interpretações apologéticas, doutrinárias e totalitárias.

A dialética materialista não se pretende em uma ferramenta neutra na análise dos fenômenos sociais, o método está vinculado a uma perspectiva de análise de mundo e da realidade social. Rompendo com o senso comum, buscando uma filosofia da *praxis* que rompa com o modo de pensar dominante ou ideologia dominante pré condição para a instalação de um método dialético de investigação.

“Pela própria concepção de mundo pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar. Somos conformista de algum conformismo somos sempre homem massa ou homem coletivos O problema é o seguinte : qual o tipo de homem massa e de conformismo do qual fazemos parte (...) O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos, isto é, um conhece-te a ti mesmo como um produto histórico até hoje desenvolvido (...)
GRAMSCI (1998)

Os equívocos no método, a ausência de um inventário rigoroso do método transforma muitos trabalhos que se pretendem dialéticos em uma prática positivista. Não existe método alheio a uma concepção de sociedade.

Ainda assim permanece a contradição e a inspiração:

“Para MARX, importa uma coisa; descobrir a lei do fenômeno de cuja investigação ele se ocupa. E para ele é importante não só a lei que os rege, à medida que eles tem formas definidas e esta numa relação que pode ser observada em determinado período de tempo. para ele o mais importante é a lei de sua modificação, de seu desenvolvimento, isto é transição e uma forma para outra , de uma ordem de relações para outra. Uma vez descoberta essa

lei ele examina detalhadamente as conseqüências por meio das quais ela se manifesta na vida social (...) Por isso MARX só se preocupa com uma coisa; provar mediante meticulosa pesquisa científica, a necessidade de determinados ordenamentos de relações sociais e, tanto possível constatar de modo irrepreensível os fatos que lhe servem do ponto de partida e de apoio.”³¹

Assim se explicita a dialética materialista, como método investigativo, e uma *práxis* como movimento de superação e transformação da realidade social, há pois uma dinâmica dialética tríplice; de crítica, de construção do novo e de síntese.

Desta maneira a crítica à história e experiência marxista, a crítica aos constructos do marxismo e a crítica ao grande ciclo socialista levaram FUKUYAMA e outros teóricos a interpretar ficticiamente o fim da história e proclamar conseqüentemente uma nova possibilidade de entender a vitória capitalista e o abandono do campo da crítica política ou científica. Esta tese do fim da história influenciou oficiosamente muitos pesquisadores da academia que passaram a fragmentar o objeto da história, a questionar a investigação científica histórica, a propor parcerias ou articulações espúrias entre história e literatura, história e arte, história e religião, caindo em reducionismos místicos ou mistificadores, caindo em elaborações subjetivistas radicais, criando novos mecanismos ou fontes que ainda não constituem uma respeitabilidade científica, a saber, a história oral, a história de imagens ou a iconografia, os abusos dos depoimento e entrevistas, descrições de estados da alma como

³¹ FAZENDA, I. Metodologia da pesquisa educacional, Ed. Cortez, São Paulo, 1996.

formas espúrias de interpretação da realidade que, mais do que fontes históricas, tornaram-se expressões de uma nova realidade da sociedade de massas.

O elogio da individualidade, da subjetividade aventada como dependente da quebra da racionalidade objetiva e na destituição do papel do Estado, a crítica irracionalista aos pressupostos da modernidade burguesa ou dos avanços da sociedade moderna planificada socialista, são os campos temáticos da pesquisa histórica atual.

Os anos 80, sendo considerados como a *década perdida* para economia brasileira, geraram impasses políticos que produziram a redemocratização consentida do país e a recente transição conservadora da desmontagem dos vestígios do estado nacional populista. Nesse momento se apresentam dois vetores opostos para economia brasileira: uma explicitada pela trajetória neoliberal, iniciada de forma tímida no conturbado governo Collor e concretizada nos mandatos de FHC e outra de resistência e superação da atual ordem. O discurso neoliberal doméstico promete engajar nossa economia e nossa sociedade no chamado primeiro mundo, modernizando suas estruturas, para tanto liberalizaria o nosso comércio exterior pensando com isso tornar a economia brasileira muito mais internacionalizada, competitiva e moderna, do que é nos dias presentes.

Além de outras ações neoliberais sobre o mercado de trabalho, movimentação de capital internacional, privatização e ajuste macroeconômico, esta vertente promete a integração ao capitalismo internacional e aos créditos da economia globalizada.

Outra vertente priorizando o social pretende restaurar a médio e longo prazo a competitividade de alguns setores preservando as atuais estruturas e a capacidade produtiva, duramente conquistada no século XX. Essa reflexão se faz necessária dado que abertura brusca da economia nacional às vicissitudes da economia internacional exporia nosso efêmero parque industrial ao confronto com economias que já ingressaram na terceira evolução industrial. W. CANO adverte o risco do projeto neoliberal:

“(...) cabe ainda advertir que o “projeto” neoliberal poderá implicar na destrutividade e no desmantelamento de capacidade produtiva para vários segmentos de nossa economia, com acentuado desemprego de parte de nossa força de trabalho, como mostra a história recente de alguns países que passaram por isso.”

O discurso neoliberal pode ser resumido nos seguintes pontos:

- * forte ajuste ortodoxo macroeconômico na economia nacional para eliminação de déficit público, enxugamento do estado e um acordo com os credores internacionais referendados pelo FMI e pelo Banco Mundial;

- *liberalização e a flexibilização das relações de trabalho;

- *a rápida liberalização de nosso comércio exterior, notadamente de nossas importações;

- *afirmam ser possível tornar economia nacional moderna em prazo não longo com o que passaríamos a integrar o que é chamado de primeiro mundo;

- *as privatizações como parte do enxugamento do estado devendo esse restringir ao mínimo indispensável para o funcionamento da sociedade capitalista.

A prática do receituário neoliberal tem sido uma via dolorosa de muitos países com o desmantelamento do setor produtivo, o aprofundamento da distribuição desigual da renda, a agudização da crise social em geral. E somente alguns poucos setores, vinculados ao capital internacional são beneficiados, gerando o renascimento do autoritarismo gerando um fascismo de mercado. Os arautos do “fascismo de mercado” apregoam o sucesso da economia chilena, como precursora na América latina do fascismo de mercado; é necessário dizer que aumento das rendas correntes do estado no Chile aumentou 35,4% no período de 1977 a 1979 para 38,2% em 1988, graças ao cobre que se manteve estatizado.

No caso do México requer-se um exame mais apurado dos indicadores positivos, que necessitam de uma análise precisa, mostrando a queda do salário mínimo em 50% e a queda da renda média por habitante em - 8,4% entre 1981 a 1990. A possibilidade da manutenção da atual política de governo continuar sustentando o modelo neoliberal leva-nos inexoravelmente à depressão econômica e à crise política, com a destruição de vários segmentos da produção nacional com elevadíssima taxa de desocupação; isso poderia conduzir a um retorno fortalecido do regime autoritário.

Ao limiar deste novo milênio esta realidade ainda não se alterou, temos como horizonte utópico ou a retomada da história como ação do homem na investigação do trabalho, da sociedade, da cultura, ou voltamos para compreensão da história como delírio de subjetivistas, propriedade de cada pessoa, sujeito ou indivíduo, exaltação quase que terapêutica de identidades

fragmentárias ou até contabilidades críticas de uma identidade tribal de grupos marginalizados ou em processo de constituição de sua emancipação.

Compreender a história nesse caso significa quase sempre emancipar a contradição pontual singular ou individualista abandonando a compreensão do legado da Modernidade, de que a história é *a ciência do homem da sociedade*, a investigação da cultura, abrindo –se sempre a novas perspectivas políticas, sociais e ideológicas.

Nesta direção, a história somente será revolucionária quando conseguir identificar um novo ciclo utópico e novas formas operacionais de entender os problemas da realidade do trabalho da sociedade massificada pelo consumismo, reorganizar o papel do Estado, reordenar a ciência e sua finalidade, apreender uma nova missão para o intelectual orgânico ou cientista social, decifrar grandes problemas e questionamentos estruturais e revitalizar novos ciclos éticos, estéticos e políticos. Desta lucidez dependem as gerações e os tempos futuros, a compreensão de que para a interpretação da história será necessário não somente a capitulação e a crítica dos ideais burguesas ou socialistas mas a revitalização de novos tempos ciclos teóricos e políticos condizentes com esta realidade, a construção do *homem omnilateral* e emancipado.

Afirmamos que *não há prática Revolucionária sem teoria revolucionária* e desta contradição ou articulação dialética depende o sucesso, triunfo e possibilidade de uma nova sociedade, avançada, politizada, emancipada e justa para todos. O Brasil, ainda preso às contradições de uma integração dependente e servil à globalização econômica e cultural passa por um momento de esterilidade utópica e teórica. Movimentos sociais

vanguardistas nascidos da realidade política e social da segunda revolução industrial, sindicalistas, agentes culturais revolucionários, partidos identificados como inspirados na ideologia da esquerda, comunidades de base, agentes religiosos, produziram uma agenda reivindicativa sobre a realidade do Brasil lutando pela reforma agrária, pela reforma do Estado, pela anistia, por uma nova constituição, por novas Leis de Educação, novos mecanismos de participação e cidadania, nas décadas de 80 e 90.

Hoje já identificamos como presentes no calendário e na cartografia de temas da globalização as demandas de novos direitos à subjetividade, a identidade sexual, as questões de etnia, as questões de gênero, a realidade das crianças e adolescentes em situação de risco, o meio ambiente, a cultura, o lazer, a possibilidade de novas realidades biológicas, novas idéias estéticas, padrões renovados de cultura e tantas e amplas possibilidades de ação do homem sobre a nossa época e o nosso tempo.

Analisando hoje, passados 30 anos, a continuidade desse projeto, nas entrelinhas da História, encontramos orientações para as ciências humanas que hoje começam a serem esboçadas como a proposição do estudo da arte, numa dimensão antropológica, tentando superar a dicotomia ciência e arte, a incitação da necessidade de estudar antropológicamente as temáticas nos induz a uma reflexão sobre a dicotomia cultura e ciência, a idéia de estudar aspectos não tecnológicos das proposições técnicas, os resultados do estudo da cibernética desenvolvimento da neurofisiologia, os estudos da geografia humana para o desenvolvimento da antropologia nos instigam a superar a dicotomia espaço/tempo. A revisão dessa problemática da metodologia da História na

década 1960 a 1970 nos leva a repercussão dos estudos no Brasil, que teve na obra de H. JAPIASSÚ a primeira produção significativa, que colocou controvérsias sobre a impossibilidade de encontrar uma linguagem única para a explicitação do conhecimento. A segunda questão colocada refere - se à metodologia interdisciplinar; JAPIASSÚ, em seu estudo coloca como condição para efetivação dessa metodologia interdisciplinar uma nova espécie de cientista social ou da História, o pesquisador e historiador interdisciplinar.

Aqui, responde o historiador ou investigador da história frente a esta realidade, responde que, decorrente destas matrizes, a universidade precisa de discernimento para entender as contradições do presente e pensar o futuro; ao intelectual compete decodificar e desvendar com a ciência as matrizes de todas as ações postas pelo movimento político da sociedade.

Nesta articulação, lucidez teórica e coragem política apontam para novos ciclos reformistas ou revolucionários que, com certeza, produzirão novas formas, problemas e contradições na realização da história. Resta ao pesquisador a ampla e fundante certeza de que a história é a ação do homem, prerrogativa ontológica da condição humana e, enquanto o homem agir com suas formas científicas e operacionais, com sua capacidade utópica, com a sua potencialidade associativa, reflexiva e solidária, a história continua a ser a grande ciência do homem, não se esgotando num autor, numa escola, método ou numa realidade pontual. Para estudar a história supõe-se que devamos ter como pressuposto a amplitude da ação do homem, a ciência do homem é também o registro da potencialidade real material objetiva, utópica, aberta, revolucionária, do próprio homem.

Nesta direção, a história e as formas de compreender a história derivadas dos anos 80, da chamada *era das incertezas*, na sua sacudidela epistemológica, na sua quebra autoritária ou doutrinal, tanto para a quebra de estruturas rígidas quanto para o anúncio de novos sujeitos e objetos, foi um movimento dialeticamente revolucionário.

Hoje, revendo os grandes tratados tradicionais, cotejando com as produções clássicas e abrindo as exigências das novas formas de entender o homem, os grupos sociais, da nova cultura pluralista, vê-se que ao historiador abre-se um campo jamais pensado de investigação e produção, de ampliação de horizontes, de capacidades interpretativas e de potencialidade política, de decifração do enigma pessoal e grupal, da desafiadora identidade política do ser do homem do mundo.

Nesta direção ainda a presente dissertação, mais do que uma doutrina ou apresentação proselitista frente à história, busca concluir que, no terceiro milênio, deverá prevalecer no Brasil e no mundo um despertar de novos ciclos históricos e historiográficos, de novas fontes e temas, e esta abertura de novos horizontes políticos engendrará a possibilidade de uma nova cultura ética, estética e social. As mudanças no mundo do trabalho, as transformações na esfera política, os deslocamentos epistemológicos e científicos, a possibilidade de uma remodelagem no papel do Estado colocando-o sempre a serviço de suas finalidades eqüitativas e justas, a compreensão da academia ou da universidade de seu inalienável papel de compromisso material de serviço público e a modernização ampla da produção e da escola ou educação do Brasil remetem-nos a uma nova possibilidade de transformação e emancipação humana.

Os anos 80, tidos no Brasil como a *década perdida*, viram triunfar um novo ciclo jurídico, novas práticas sociais, novos sujeitos políticos, que inscrevem nosso país na realidade de uma sociedade emancipada, livre, radicalmente democrática e potencialmente libertadora.

Ao final do presente trabalho de investigação dos paradigmas da História, perpassando pelos seus mais significativos momentos e determinações epistemológicas e políticas, concluímos que, além de quaisquer outras proposituras, mais do que nunca precisamos de uma crítica ao neoliberalismo, aos novos rumos da subjetivação absoluta, aos delírios e improvisações do método, ao concurso fácil da emoção e dos condicionantes psíquicos.

Mais do que abdica da razão histórica precisamos reconhecer os desvios e a instrumentalização, técnica e política, da razão como instrumento do poder. Implica reconhecer a necessidade de uma reorientação da razão histórica, agora livre da necessidade heurística de ser a única verdade, para inscrever-se no horizonte da libertação e emancipação humana.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, L. **LENIN e a Filosofia**, Lisboa, Editorial Estampa, Portugal, 1974.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

ANDERSON, P. **O Fim da História : De Hegel a FUKUYAMA**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.

ANDRÉ, Cresson. **Aristóteles**. Lisboa: Ed. Setenta, Liv. Martins Fontes, Portugal, 1981.

APPLE, Michael. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1989.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1989.

_____. **Da Revolução**. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: Ed. da UNB, 1985.

ARIÉS, **História Social da Criança e da Família**, Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1996.

AUBRAL, F. e DELCOURT, X. **Contra a Nova Filosofia**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

BALIBAR, E. **A Filosofia de MARX**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1995.

BENJAMIN, Walter e outros. **Os Pensadores**. São Paulo: Ed. Abril, Cultural, 1983.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**, Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

BLACKBURN, R. **Ideologia na Ciência Social: Ensaio Crítico sobre a Teoria Social**, Ed. Ática, São Paulo, 1998.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Ed. Schwarcz Ltda, 1992.

BURKE, P. **A Escola dos Annales**. São Paulo, Ed. da UNESP, 1991.

CANO, W. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**, Editora da UNICAMP, Campinas, 1994.

CARDOSO, C. **Uma Introdução à História**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

CARDOSO, C.F (org) **Os Domínios da História**, ed. Campos, Rio de Janeiro, 1997.

CAVENACCI, M. **Diáletica do Indivíduo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

CHALMERS, A. **A Fabricação da Ciência**, São Paulo, Editora da UNESP, 1994.

COLLETTI, L. **Marxismo: Ciência e Revolução**, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1996.

DEBESSE, M. e MIALARET, G. **Tratado das Ciências Pedagógicas**, Vol. I, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo/EDUSP, 1974.

DOSSE, F. **A História em Migalhas: dos Annales à Nova História**, Ed. Da UNICAMP, Campinas, 1994.

DURKHEIM, E - **Educação e Sociologia** Ed. Melhoramento, São Paulo, 1973.

ELSTER, J. **Karl Marx Hoje**, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1989.

ENGELS Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1981.

ENGELS, F e MARX, K. **Textos Sobre Educação e Ensino**. São Paulo: Ed. Moraes, 1992.

ENGELS, F. **Dialética de la Naturaleza**. Buenos Aires: Ed. Problemas, 1941.

EVANGELISTA, J. **Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno**. São Paulo: Ed. Cortez, 1991.

FAZENDA, I. **Metodologia da pesquisa Educacional**, Cortez, São Paulo, 1989.

FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade: História, Teoria e pesquisa**, Papirus, Campinas, 1999.

FINKIELKRAUT, Alain. **A Derrota do Pensamento**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**, Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.

FOUGEYROLLAS, Pierre. **Ciencias Sociales y Marxismo**. México: Ed. Fondo de Cultura Economica, 1981.

FUKUYAMA, F. **O Fim da História**, Cia das Letras, São Paulo, 1990.

HABERMAS, J. **Conhecimento e Interesse**, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1999.

GARAUDY, Roger. **Introducción al Estudio de MARX**. México: Ed. Era, 1975.

GARDINER, P. **Teorias da História** Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984.

GENTILLI, P. (org) **Pedagogia da Exclusão : Crítica ao Neoliberalismo em Educação**, Editora Cortez, São Paulo, 1995.

GIROUX, Henry. **Escola Crítica e Política Cultural**, São Paulo, Editora Cortez, 3ª Editora, 1992.

GOLDMANN, Lucien. **Ciências Humanas e Filosofia**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

_____. **Dialética e Cultura**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.

GORZ, André **Crítica da Divisão do Trabalho**, Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1996.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Editora Círculo do Livro. São Paulo, 1984.

----- **Concepção Dialética da História.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1981.

GUSDORF, Georges. **A Agonia da Nossa Civilização.** 2. Ed., São Paulo: Ed.

Convívio, 1982.

GLÉNISSON, Jean, **Iniciação aos Estudos Históricos,** São Paulo, Difel, 1979, p.214.

HEGEL, F. **Introdução à História da Filosofia,** São Paulo, Hemus Editora, 1983.

HELLER, A. **A Filosofia Radical,** São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

HOBSBAWN, E. **A Era das Revoluções.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1984.

_____” **A Era das Incertezas** “, Paz e Terra ,Rio de Janeiro , 1998

JAEGER, Werner, - **Paidéia. A formação do homem Grego,** Trad. de Artur M. Parreira, São Paulo, Herder, 1984.

JAPIASSU, H. **Introdução à Dialética,** Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1999.

JAY, M. **La imaginación dialética: una historia de la escuela de Franckfurt,** ed Taurus, Madrid, 1986.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1985.

KOWARZIK, Wolfdietrich Schmied **Pedagogia Dialética: de Aristóteles à Paulo Freire.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

KUJAWSKY, Gilberto. **A Crise do Século XX**. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

KUHN.T.S **A Estrutura das Revoluções Científicas**, São Paulo, Editora Perspectiva, 1996.

KURZ, Robert **O Colapso da Modernização**, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1996.

_____ **Os Últimos Combates**, Ed. Vozes, Petrópolis, 1997.

LINS, I. *Escolas filosóficas ou introdução ao estudo da filosofia* - Editora S. José, Rio de Janeiro, 1955.

LOPES, E.M **Perspectivas Históricas da Educação**, Ática, São Paulo, 1986.

LOMBARDI, J. C. (org) **História, Filosofia e Temas Transversais**, Campinas, Autores Associados, 1999.

LOWY Michael. **Método Dialético e Teoria Política**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.

MAKARENKO, Anton. *La Colectividad y la Educación de la Personalidad*, Moscou, Editorial Progreso, 1977.

MAKARENKO, Anton. *Poema Pedagógico*, Moscou, Editorial Progreso, 1967.

MANACORDA, M. *História da Educação: Da Antiguidade aos Nossos Dias*, Editora Cortez, São Paulo, 1989.

MANACORDA, M. *MARX e a Pedagogia Moderna*. Editora Cortez, São Paulo, 1991.

MANHEIM, K. **Sociologia e educação**, Edusp, São Paulo, 1987.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.

_____. **Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1967.

MARTIN Hans Peter & SCHUMANN, Harold **A Armadilha da Globalização**, editora Globo, Rio de Janeiro, 1998.

MARX, Karl. **Escritos de Juventud**. México: Ed. Fondo de Cultura Economica, 1987.

_____. **Miseria de la Filosofia**. Moscú: Ed. en Lenguas Extranjeras, 1963.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1971.

MÈSZAROS, Istvan. **Filosofia, Ideologia e Ciências Sociais**. São Paulo: Ed. Ensaio, 1986.

MÈSZAROS, I. **MARX Filósofo**, in HOBBSAWN, E. (org) **História da Marxismo**, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, Vol. I., 1983.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**, EDUSP, São Paulo, 1974.

NETTO, J. P. **Crise do Marxismo e Ofensiva Neoliberal**. São Paulo: Ed. Cortez, 1992.

- NIETZSCHE, F. **Os Pensadores**. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1983.
- NOSELLA, P. & BUFFA, E. **A Educação Negada: Introdução ao Estudo da Educação Brasileira Contemporânea**, Editora Cortez, São Paulo, 1991.
- NOSELLA, P. **Modernização da Produção e da Escola no Brasil : O Estigma da Relação Escravocrata**, Revista da ANPED, Novembro de 1990.
- NUNES, C. A. *Aprendendo filosofia*, Editora Papirus, Campinas, 1987.
- NUNES, Ruy Afonso da Costa, *História da Educação na Idade Média*, EDUSP, São Paulo, 1979.
- OLIVEIRA, F. **Origens e Estigmas da Cultura Brasileira**, Cadernos de Cultura, São Paulo, 1984.
- PLATÃO, Coleção **Os Pensadores**, São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1983.
- PLEKHANOV, G. **A Concepção Materialista da História**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1980.
- PONCE, A. **Educação e Luta de Classes**, Editora Cortez, São Paulo, 1988.
- PRADO, C. J. **Diáletica do Conhecimento**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1969.
- REIS FILHO, C. **A Educação e a Ilusão Liberal**, Editora Cortez, São Paulo, 1981.
- RIBEIRO, M. L. *História da Educação Brasileira: a Organização do Sistema Escolar*, Editora Cortez/ Autores Associados, 1981.
- ROMANELLI, O. *História da Educação no Brasil*, Editora Vozes, Petrópolis, 1989.
- ROUANET, P. S. **As Razões do Iluminismo**, Cia das Letras, São Paulo, 1998.
- ROUSSEAU, J. **Emílio ou Da Educação**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S/A, 1992.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.
- SADER, Emir (org). **Pós-neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1995.

SANTOMÉ, Jurjo Torres **Globalização e Interdisciplinaridade**, Edi.Artes Médicas, Porto Alegre, 1988.

SANTOS. B. de Souza, **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**, Rio de Janeiro, Graal, 1989.

SARTRE. J. P. **A Idade da Razão**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.

SAVIANI, Dermeval. **Educação e Questões da Atualidade**. São Paulo: Ed. Cortez, 1991.

----- **Política e Educação no Brasil**, São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1989.

SERRES, Michel. **Filosofia Mestiça**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1993.

SEVERINO, A. J. **Educação, Ideologia e Contra-ideologia**, EPU, São Paulo, 1988.

SCHAFF, A. **A Sociedade Informática**, Ed. da UNESP, São Paulo, 1996.

_____ **História e Verdade**, Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1991.

SCHINITMAN, Dora Fried (org) **Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade**, Ed. Artes Médicas, Porto Alegre, 1996.

SCHWARTZ, J. **Momento Criativo, Mito e Alienação nas Ciências Modernas**, Círculo do Livro, São Paulo, 1996.

SILVEIRA, Paulo e DORAY, Bernard. **Elementos para uma Teoria Marxista da Subjetividade**. São Paulo: Ed. Vértice, 1989.

SODRÈ, N. W. **Formação Histórica do Brasil**. Editora Vozes, Petrópolis, 1984.

-
- _____. **Síntese da História da Cultura Brasileira**, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.
- TRINDADE, L. **Raízes Ideológicas das Ciências Sociais**, Ática, São Paulo, 1998.
- TADEU DA SILVA, Tomaz. **O que Produz e o que se Reproduz em Educação**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1992.
- THIOLLENT, M. **Investigação Social: enquête operária**, São Paulo, 1997.
- TROTSKY, León. **Da Velha à Nova Família**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- VÁSQUEZ, A. **Filosofia da Praxis**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1968.
- ZIZEK, J. (org) **O Mapa da Ideologia**, Contraponto, Rio de Janeiro, 1996.
- WRIGHT, E. et alli, **Reconstruindo o Marxismo**, Ed Vozes, Petrópolis, 1992.